



PREGÃO ELETRÔNICO N. 08/2026 - SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 17157/2026
EDITAL REGULADOR

1. PREÂMBULO

1.1 - O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JUSSARA/GO, CNPJ n. 45.959.556/0001-48; **FAZ SABER** aos interessados que realizará, no dia **18 DE NOVEMBRO DE 2026**, às **09:00h**, licitação na modalidade de **PREGÃO** na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO - POR ITEM**, com a finalidade de **REGISTRO DE PREÇOS** para a futura e eventual aquisição de móveis, eletrodomésticos e correlatos.

Disponibilidade do Edital: 29/10/2026.

Horário atendimento: 07:00h às 11:00h e 13:00h às 17:00h.

Local para consulta: Prefeitura de Jussara/GO, Portal Transparência e/ou Portal Bolsa Nacional de Compras - BNC www.bnc.org.br.

1.2 - Esta licitação será realizada de conformidade com consoante com as condições estabelecidas neste Edital, e será regida pela:

- a) Lei Federal n. 14.133/2021 e alterações posteriores;
- b) Lei Complementar n. 123/2006 e alterações posteriores;
- c) Decreto Municipal n. 065/2025.

1.3 - O Edital encontra-se à disposição dos interessados para consulta e estudo no site jussara.go.gov.br, disponível também na Comissão Permanente de Contratação, desta Prefeitura, durante o prazo de divulgação da licitação.

1.4 O processamento do certame será realizado na plataforma Portal Bolsa Nacional de Compras - BNC www.bnc.org.br.

1.5 – As empresas interessados em participar do certame poderão informar através do e-mail licitacaojussarago@gmail.com, os dados básicos de cadastramento (Razão Social, Endereço, CNPJ, Telefone Comercial, Fax Comercial, Pessoa de Contato e telefones) serão efetuados através do Portal Bolsa Nacional de Compras - BNC www.bnc.org.br.

2. LOCAL E DATA

2.1 - A licitação realizar-se-á conforme as especificações abaixo descritas:

INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	Dia 29/10/2026
--	----------------



FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	08:00h do dia 18/11/2026
ABERTURA E ANÁLISE DAS PROPOSTAS	08:05h do dia 18/11/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS	09:00hdo dia 18/11/2026
REFERÊNCIA DE TEMPO	Horário de Brasília (DF)
LOCAL	Portal Bolsa Nacional de Compras - BNC www.bnc.org.br

2.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

1. DO OBJETO

1.1 - REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS E CORRELATOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIFICAÇÕES CONTIDAS NO OBJETO DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA/ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO, PARTE INTEGRANTE DO PRESENTE EDITAL.

1.2 – As regras referentes aos órgãos gerenciador, entidades e participantes, bem como em eventuais adesões, serão as mesmas constantes da minuta da Ata de Registro de Preços.

2. DA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME/LICITAÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 - A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado, e, subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação solicitada no Edital, e através do Portal Bolsa Nacional de Compras - BNC www.bnc.org.br, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observado data e horário limite estabelecido.

2.1.1. Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

2.2 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do



sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação, por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros, tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação, conforme Lei 14.133/21.

2.5 – Poderão participar exclusivamente, para os itens cujo valor seja inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), as licitantes que estejam enquadradas como microempresas e empresas de pequeno porte nos termos do art. 48, I e III da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, desde que respeitadas às condições do artigo 49, II da mesma Lei.

2.5.1 – Para aplicação do art. 48, III da Lei Complementar nº 123/2006, mencionado no item 2.5, ficará reservada uma cota de 20% (vinte por cento) para as licitantes que estejam enquadradas como microempresas e empresas de pequeno porte, nos itens em que o valor total for superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

2.5.2 – Conforme a IN/TCM nº 08/2016, considera-se âmbito local – limites geográficos do Município onde será executado o objeto da contratação e, âmbito regional os limites geográficos da mesorregião, conforme definido pelo IBGE.

2.5.3 – A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às ME/EPP que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados não extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresas de pequeno porte.

2.6 – Será concedido o tratamento para as ME/EPP, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16, da Lei 14.133/21 e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos nos artigos 43, 44 e 45 da LC 123/06 e do Decreto nº 8.538/15.

2.7 - Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1 - aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2 - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3 - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4 - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



2.7.5 - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6 - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7 - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8 - agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.9 – pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.7.10 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.11 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º, do art. 9º, da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8 - O impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9 - A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10 - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11 - O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12 - Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.



2.13 - A vedação de que trata o item 2.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.14 - As despesas desta presente licitação correrão a cargo da dotação do orçamento de 2026, com recursos da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO	FUNDO MUN. EDUCAÇÃO		
PROJETO/ATIVIDADE	DOTAÇÃO	ELEMENTO	FONTE
ENSINO FUND. - Móveis e Equip.	23.16.12.361.0403.1.009 Ficha: 670	4.4.90.52-34	1.92.000
CMEI - Móveis e Equip.	23.16.12.365.0401.1.362 Ficha: 719	4.4.90.52-34	1.92.000

2.15 - Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida junto ao Portal Bolsa Nacional de Compras - BNC www.bnc.org.br.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.2 – Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas, sendo que o Município de Jussara, não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

3.3 – A participação na licitação implica, automaticamente, na aceitação integral dos termos deste Edital, seus Anexos e leis aplicáveis.

3.4 - O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º, do art. 4º, da Lei nº 14.133/21.

3.4.1 – No item exclusivo para participação de ME e EPP, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.4.2 – Nos itens em que a participação não for exclusiva para ME e EPP, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao



tratamento favorecido previsto na LC 123/06, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.5 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.6 - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.7 - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.8 - Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.8.1 - A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.8.2 - Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que se trata o subitem anterior.

3.9 - O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.9.1 - Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.9.2 - Percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por mais desconto.

3.10 - O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.11 - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



3.12 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

3.13 - A participação no certame de empresas em recuperação judicial, com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente, fica condicionada à apresentação de certidão positiva de recuperação judicial e de certidão de aptidão econômica e financeira emitida pelo juízo em que tramita a recuperação judicial.

3.14 - A licitação será realizada por **ITEM**, conforme descrição constante no Anexo I, deste edital, Termo de Referência e demais anexos ao presente Edital.

3.15 - O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

3.16 - Havendo qualquer divergência entre as especificações constantes do Portal Bolsa Nacional de Compras - BNC www.bnc.org.br e os presentes neste edital, prevalecerão as especificações do edital.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Valor unitário;
- b) Marca;

4.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta o Licitante;

4.3 - Nos valores propostos devem estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação de serviço do objeto ora licitado.

4.4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 - Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6 - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7 – Na presente licitação, a ME e EPP poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.



4.8 - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8.1 – O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta dias, a contar da data de sua apresentação;

4.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.8.3 - Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 3.9.

4.9 - O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração, por parte do contratado, pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado de Goiás e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:

- a. Assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal; ou.
- b. Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato.

5. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

5.1 - O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas ao Portal Bolsa Nacional de Compras - BNC www.bnc.org.br até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

5.2 - O credenciamento junto ao provedor do Banco Nacional de Compras implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações deste Pregão.

5.3 - Poderão participar deste Pregão (Eletrônico) as empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação que apresentarem toda a documentação a ela exigida para o respectivo cadastramento junto ao Banco Nacional de Compras.

5.4 - É vedada a participação de empresas em forma de consórcios ou grupos de empresas.

5.5 - Não poderão participar da licitação as empresas que estiverem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução.



5.6 - O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

5.6.1 Instrumento particular de mandato outorgando ao operador devidamente credenciado junto ao Banco Nacional de Compras, com poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pelo Portal Bolsa Nacional de Compras - BNC www.bnc.org.br.

5.6.2 Especificações dos itens objeto da licitação em conformidade com o edital, constando preço, marca e modelo e em caso de itens específicos mediante solicitação do Agente de Contratação/Agente de Contratação no ícone ARQ, inserção de catálogos do fabricante.

5.7 - O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do Licitante, que pagará ao provedor do sistema eletrônico, o equivalente ao valor estabelecido de acordo com os Planos de Adesão.

6. DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

6.1 - O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

6.1.1 - Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;

6.1.2 - Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;

6.1.3 - Conduzir a sessão pública;

6.1.4 - Abrir as propostas de preços;

6.1.5 - Analisar a aceitabilidade das propostas em relação aos requisitos do edital;

6.1.6 - Desclassificar propostas indicando os motivos;

6.1.7 - Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;

6.1.8 - Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;

6.1.9 - Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;

6.1.10 - Receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

6.1.11 - Declarar o vencedor;

6.1.12 - Elaborar a ata da sessão;

6.1.13 - Adjudicar o objeto, quando não houver recurso;

6.1.14 - Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;

6.1.15 - Abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

7. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DO BANCO NACIONAL DE COMPRAS



7.1 - As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato, com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada ao Portal Bolsa Nacional de Compras - BNC www.bnc.org.br, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos.

7.2 - A participação do licitante no pregão (eletrônico) se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas ao Portal Bolsa Nacional de Compras - BNC www.bnc.org.br, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

7.3 - O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preços e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

7.4 - A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão (eletrônico), salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Portal Bolsa Nacional de Compras - BNC www.bnc.org.br.

7.5 - É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Portal Bolsa Nacional de Compras - BNC www.bnc.org.br a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.6 - O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão (eletrônico).

8. DA PARTICIPAÇÃO DAS ME/EPP e MEI

8.1 - Por força do que dispõe o Capítulo V, artigos 42 a 45, da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, a participação das microempresas e empresas de pequeno porte, terão tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Especialmente no que se referem à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, observados as seguintes regras: Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Especialmente no que se referem à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, observados as seguintes regras:

8.1.1 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.



8.1.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (dias) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

8.1.2.1 - A ausência da apresentação da documentação de regularidade fiscal acarretará sua restrição, e tal irregularidade poderá ser verificada, pelo pregoeiro na sessão por meio de consultas a sites oficiais.

8.1.3 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º do artigo 43 da Lei Complementar n. 147/2014, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90, da Lei Federal n. 14.133/21. Sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

8.1.4 - O prazo para regularização de documentos de que trata o § 1º, do art. 43, da LC 123/06, não se aplica aos documentos relativos à Habilitação Jurídica.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

9.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local, indicados neste Edital.

9.2 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

9.3 - O Pregoeiro/Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

9.3.1 - Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.3.2 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.3.3 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.4 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.5 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação e os licitantes.



9.6 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.7 - O lance deverá ser ofertado pelo valor **unitário do item**.

9.8 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado acompanhamento em tempo real por todos os participantes para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.9 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.9 - O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir melhor oferta deverá ser de Oferta não inferior a **R\$ 0,01 (um) centavo**.

9.10 - O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

9.11 - Será adotado para o envio de lances no pregão (eletrônico) o modo de disputa "ABERTO", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.12 - A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (DEZ) MINUTOS** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 (DOIS) MINUTOS** do período de duração da sessão pública.

9.13 - A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **02 (DOIS) MINUTOS** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.14 - Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

9.15 - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

9.16 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



9.17 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.18 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.19 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.20 - O Critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

9.21 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.22 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta, ou melhor, lance será consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.23 - A melhor proposta classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.24 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.24.1 - Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada as ME/EPP, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

9.24.2 – Se a mesma empresa vencer a cota reservada as ME/EPP e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

9.25 - Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

9.26 - A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).



9.27 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, § 1º, da Lei Federal n. 14.133/21, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- b. por empresas brasileiras;
- c. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal n. 12.187/09.

9.28 - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

9.29 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, pelo sistema eletrônico, enviando contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.30 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.31 - O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.32 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA E JULGAMENTO

10.1 - Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estimado estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 14, da Lei 14.133/21, legislação correlatas e no item 2.7, deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.1.1 – Registro Cadastral do Município;

10.1.2 - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;



- 10.1.3 – Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- 10.1.4 – Tribunal de Contas da União – TCU;
- 10.1.5 – Tribunais de Contas dos Municípios do Estado de Goiás.
- 10.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei Federal n. 8.429, de 1992.
- 10.3 - Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 10.3.1 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 10.3.2 - O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 10.3.3 - Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 10.4 - Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1 e 3.6 deste edital.
- 10.5 - Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 10.6 - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço estimado fixado (Acórdão nº 1455/2018 - TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 10.7 - No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, que deverá realizar diligência para averiguar a exequibilidade da proposta.
- 10.8 - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;
- 10.9 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser



reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

10.10 -. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema ou via e-mail, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

10.11 - O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro, por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

10.11.1. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

10.11.2 - Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 03 (três) dias úteis contados da solicitação.

10.11.2.1 - Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

10.11.2.2 - Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

10.11.2.3 - Serão avaliados os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade de conformidade com o Termo de Referência.

10.11.2.4 - No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

10.11.2.5 - Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

10.11.2.6 - Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

10.11.2.7 - Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.



10.12 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

10.13 - Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

10.14 - O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

10.15 - Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

10.16 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.17 - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- b. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- c. Lista de Inidôneos e Inabilitados, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU. (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS> e <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INABILITADO>);
- d. Cadastro de Empresas impedidas de licitar junto ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás (www.tcm.go.gov.br)

11.2 - Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b” e “c” do subitem “11.1” acima, pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

11.3 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12, da Lei Federal n. 8.429, de 1992, que prevê,



dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

11.4 - Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

11.5 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

11.6 - O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

11.7 - Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.8 - No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45, da Lei Complementar n. 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

11.9 - Após a verificação de conformidade da proposta classificada em primeiro lugar, o(a) Pregoeiro(a) exigirá ao(s) licitante(s) vencedor(es) que, em formato digital e no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro, envie os documentos de habilitação que não estejam contemplados nos Sistemas de Cadastro de Fornecedores, sob pena de inabilitação, nos termos do art. 63, II da Lei Federal n. 14.133/21.

11.10 -. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.11. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

11.12. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.13. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.



11.14. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação, conforme disposto nos art. 62 a 70, da Lei Federal n. 14.133/21:

11.14.1 - Habilitação Jurídica, conforme o caso consistirá em:

- 11.14.1.1 - Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- 11.14.1.2 - Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 11.14.1.3 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 11.14.1.4 - Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 11.14.1.5 - Sociedades Anônimas: Ata da Assembleia Geral que aprovou o estatuto social em vigor e a ata da Assembleia Geral que elegeu seus administradores, comprovadas por meio de publicação legal;
- 11.14.1.6 - Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 11.14.1.7 - No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 11.14.1.8 - Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- 11.14.1.9 - Documento de Identificação do(s) Sócio(s) administrador(es) da licitante;

11.14.2 - Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista, conforme o caso consistirá em:

- 11.14.2.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- 11.14.2.2 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 11.14.2.3 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade ou outra equivalente, na forma da lei;
- 11.14.2.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio sede do licitante, relativa à atividade ou outra equivalente, na forma da lei;



11.14.2.5 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

11.14.2.6 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos - CNDT;

11.14.2.7 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.14.2.8 - Cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da CF.

11.14.3 – Qualificação Técnica limitar-se-á:

11.14.3.1 - A Qualificação Técnica Operacional será comprovada mediante a apresentação de no mínimo 01 (um) atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão para o cumprimento de fornecimentos similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao contratado.

11.14.4- Qualificação Econômico-Financeira limitar-se-á;

11.14.4.1 - Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante emitida dentro de um prazo máximo de 60 (sessenta) dias anteriores à sessão pública de processamento do pregão. Para esta certidão só será aceita outra validade se estiver expresso no próprio documento;

11.15 - Declarações a serem apresentadas:

11.15.1 - Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação (Anexo V).

11.15.2 - Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório (Anexo VI).

11.15.3- não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição (Anexo VII).

11.15.4- não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV, do art. 1º e no inciso III, do art. 5º da Constituição Federal (Anexo VIII).



11.15.5- Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (Anexo IX).

11.15.6 - Declaração de enquadramento no regime de tributação de ME/EPP/MEI (Anexo X).

11.15.7 - O licitante organizado em cooperativa (se for o caso) deverá declarar que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16, da Lei nº 14.133/21 (Anexo XI).

11.15.3 O fornecedor/prestador enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021., quando for o caso.

11.16 - Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou publicação em órgãos da imprensa oficial.

11.17 - A falta de quaisquer documentos exigidos no edital implicará inabilitação do licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo exceto prazo para realização de Diligência a fim de sanar dúvidas e/ou falhas existentes a época da licitação para complementação da documentação exigida para a habilitação.

11.18 - Os documentos de habilitação deverão estar em nome do licitante, com número do CNPJ e respectivo referindo-se ao local da sede da empresa licitante. Não se aceitará, portanto, que alguns documentos se refiram a matriz e outros à filial. Caso o licitante seja a Matriz e a executora a filial, os documentos referentes à habilitação deverão ser apresentados em nome de ambas, simultaneamente.

11.19 - Os documentos de habilitação deverão estar em plena vigência e, na hipótese de inexistência de prazo de validade expresso no documento, deverão ter sido emitidos a no máximo a 60 (sessenta) dias da data estabelecida para o recebimento das propostas.

11.20 - As microempresas E as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, conforme previsto no artigo 43, da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores.

11.21 - A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.



11.22 - A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

11.23 - Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa, conforme previsto no parágrafo 1º, do artigo 43, da Lei Complementar 123/2006 e alterações posteriores.

11.24 - A não regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

11.25 - O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado de apresentação do Balanço Patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício, quando exigido.

11.26 - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.27 - Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11.28 - Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

12. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1 - A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas) HORAS** a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

12.1.1 - Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.



12.1.2 - Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

12.1.3 - A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

12.1.4 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

12.2 - Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, conforme inciso II, do art. 12, da Lei 14.133/21, ressalvadas as hipóteses do art. 52, do mesmo diploma legal.

12.3 - Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

12.4 - A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

12.5 - A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

12.6 - As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 - Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/21.

13.2 – O prazo de convocação será conforme o §1º, do 90, da Lei 14.133/21, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

13.3 - A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.



13.4 - Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no objeto do Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições e especificações necessárias.

13.5 – O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

13.6 – A existência de preços registrados implicará compromisso da prestação de serviço nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

13.7 – Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

14. UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

14.1 Durante a vigência da ata de registro de preços e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento poderá aderir à ata de registro de preços, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata, a possibilidade de adesão tenha sido prevista no edital e haja a concordância do fornecedor ou prestador beneficiário da ata.

14.2 As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o caput deste artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

14.3 O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

14.4 Caberá ao fornecedor ou prestador beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

14.5 O órgão ou entidade poderá solicitar adesão aos itens de que não tenha figurado inicialmente como participante, atendidos os requisitos estabelecidos no § 2º do art. 86 da Lei Federal n. 14.133/21.

14.6 Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.



14.7 A adesão à ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora da União, Estados e Distrito Federal por órgãos e entidades da Administração municipal deverá ser comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei Federal n. 14.133/21.

15. DOS RECURSOS

15.1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165, da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2 - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

15.3 - Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

15.3.1 - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

15.3.2 - o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos;

15.3.3 - o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

15.3.4 - na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º, do art. 17, da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

15.4 - Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

15.5 - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.6 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

15.7 - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.8 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.9 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.10 - A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

15.11 - Os autos do processo permanecerão com vistas franqueadas aos interessados, no seguinte endereço: Prefeitura de Jussara/GO, situada na Avenida José Bonifácio, n. 726,



Centro, Jussara/GO, site <https://jussara.go.gov.br/>, e/ou do e-mail: licitacaojussarago@gmail.com.

15.12 - A interposição de recursos suspende o prazo de validade da proposta até a decisão.

16. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

16.1 - A sessão pública poderá ser reaberta:

16.1.1 - Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

16.1.2 - Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º, da LC nº 123/2006 e alterações posteriores. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

16.1.3 - Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

16.1.4 - A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1 - O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

17.2 - Após a fase recursal, ou os licitantes participantes abrir mão do Recurso constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

18. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

18.1 - Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

19. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

19.1 - Na ocorrência de fatos imprevisíveis, ou se previsíveis, porém de consequências incalculáveis, comprometendo o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, ou ainda na hipótese de caso fortuito, de força maior, ou fato do príncipe, as partes de comum acordo, restabelecerão o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na forma do disposto na alínea "d", do Inciso II, do artigo 124, da Lei nº 14.133/21.



20. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

20.1 – A prestação de serviço, do objeto licitado será efetuado pelo licitante vencedor obedecendo aos procedimentos indicados no Termo de Referência.

20.2 - Não serão aceitos serviços feitos em desacordo com o contido nas autorizações.

21. DO PAGAMENTO

21.1 – O pagamento deverá acontecer no prazo de até 30 (Trinta) dias após apresentação de nota fiscal devidamente atestada e liberada pelo Controle Interno, deste município. A fatura deverá conter no mínimo os seguintes dados:

- a) Data de emissão
- b) Estar endereçada ao:
MUNICÍPIO DE JUSSARA/GO OU FUNDO DE ACORDO COM ORDEM DE SERVIÇO.
- c) Quantidade fornecida;
- d) Especificação do serviço fornecido;
Preço unitário e total da fatura;

21.2 – O gestor do contrato somente atestará o recebimento do objeto e liberará a Nota Fiscal/Fatura para pagamento quando cumprida pela Contratada, todas as condições Pactuadas.

21.3 – Cada pagamento somente será efetuado após a comprovação pelo contratado de que se encontra em dia com suas obrigações para com o sistema social, mediante apresentação das Certidões Negativa de Débitos com o INSS, com o FGTS e CNDT trabalhista.

21.4 - Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que não tenha concorrido de alguma forma a **CONTRATADA**, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), coluna 2, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, ocorrida entre a data final prevista para pagamento e a data de sua efetiva realização.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. As disposições de sanções administrativas estão previstas em regulamento municipal, de maneira que se aplica as seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa;

a) compensatória;

b) de mora.

III- impedimento de licitar e contratar;

IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



22.2 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste decreto.

22.3 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 22.1 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II, do item 22.1.

22.4 A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

I - descumprimento de pequena relevância;

II - inexecução parcial de obrigação contratual.

22.5 - A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor a ser contratado, para aquele que:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

II – de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

III – de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;

IV – de 10% (dez por cento) sobre o valor a ser contratado no caso de recusa do adjudicatário em assinar o contrato ou Ata de Registro de Preços;

V – de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

a) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

VI – de 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;

d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

22.6- O processo administrativo punitivo deverá ser instaurado de acordo com o regulamento municipal.

23. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS



23.1 - Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

23.2 - A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, somente não admitindo se de outra forma inserida exclusivamente no meio eletrônico.

23.3 - Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

23.4 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

23.5 - Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio de plataforma eletrônica.

23.6 - O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência e dos anexos.

23.7 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

23.8 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

23.9 - As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

24. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

24.1. Efetuar a entrega dos produtos na forma deste Termo de Referência em perfeitas condições, no prazo e locais indicados pela Administração, em estrita observância das especificações e da proposta;

24.2. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação;

24.3. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida justificativa e comprovação;

24.4. Zelar pela padronização e qualidade do produto fornecido, empregando matérias primas condizentes com as necessidades de uso do produto e que proporcionem longa durabilidade;



24.5. Providenciar a substituição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas os produtos que apresentarem defeitos ou imperfeições na sua composição, de forma rápida, eficaz e eficiente, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE;

24.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

24.7. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

24.8. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

24.9. Apresentar ao CONTRATANTE a nota fiscal contendo descrição dos produtos/serviços entregues, juntamente com as certidões negativas e indicação do contrato;

24.10. Pagar os salários dos seus funcionários e demais verbas que venham a decorrer do cumprimento do objeto deste termo;

24.11. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao Patrimônio do CONTRATANTE ou a terceiros, seja por ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente.

25. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

25.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

25.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

25.1.3. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

25.1.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

25.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

25.1.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

25.1.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

25.1.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

25.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;



25.1.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

25.1.10.1. A Administração terá o prazo de dez dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

25.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de dez dias úteis.

25.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

25.1.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

25.1.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para execução objeto do contrato.

25.1.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

25.1.16. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato.

25.1.17. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, ou adotar providências cabíveis para a regularidade.

26. DO CONTRATO/ARP

26.1 - Será firmado uma ARP ou contrato com os licitantes vencedores, que terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei nº 14.133/21.

26.2 - Farão parte integrante do contrato todos os elementos apresentados pelos licitantes vencedores e que tenham servido de base para o julgamento da licitação, bem como as condições estabelecidas neste certame, independentemente de transcrição.

26.3 - O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

26.3.1 - Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

26.3.2 - O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.



26.4 - Se os licitantes vencedores se recusarem a assinar o contrato, sem justificativa por escrita aceita pela Administração, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente.

26.5 - No caso do subitem anterior, sujeitam-se os licitantes vencedores, às penalidades aludidas no item 22 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, deste Edital e na minuta contratual em anexo.

26.6 - Se o(s) licitante(s) vencedor(es) não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

27. DA RESCISÃO

27.1 - O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei Federal n. 14.133/21 e alterações e nos moldes definidos na minuta contratual em anexo.

28. DA DILIGÊNCIA

28.1 - O Pregoeiro poderá, a qualquer momento, solicitar demais esclarecimentos que julgar necessários.

28.2 - Em qualquer fase do procedimento licitatório, é facultado ao Pregoeiro ou autoridade superior promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo.

28.3 - Como resultado das diligências acima referidas, objetivando um juízo de verdade real, será permitida a inclusão de documentos ou informação necessários para apurar fatos existentes à época da licitação, concernentes à proposta de preços ou habilitação dos participantes, porém não documentados nos autos.

29. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

29.1 - Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

29.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

29.3 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.



29.4 - No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

29.5 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

29.6 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

29.7 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

29.8 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

29.9 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

29.10 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

29.11 - O Edital está disponibilizado na íntegra no endereço eletrônico nos **sites**:

- a. Portal da Transparência – jussara.go.gov.br.
- b. Portal Bolsa Nacional de Compras - BNC www.bnc.org.br.

29.12 - Informações complementares que se fizerem necessárias deverão ser procuradas pelo interessado na Prefeitura de Jussara/GO, situada na Avenida José Bonifácio, n. 726, Centro, Jussara/GO, site <https://jussara.go.gov.br/>, e/ou do e-mail: licitacaojussarago@gmail.com.

29.13 - As empresas e/ou representantes que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo nos sites: jussara.go.gov.br e Portal Bolsa Nacional de Compras - BNC www.bnc.org.br; bem como as publicações no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Goiás e/ou Diário Oficial da União, quando for o caso, com vistas a possíveis alterações e avisos.

29.14 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, e deverão ser inclusos no sistema os seguintes anexos os quais deverão ser anexados ao sistema:



ANEXO I - Termo de Referência;
ANEXO II - Modelo de Proposta Comercial;
ANEXO III - Minuta de ARP
ANEXO IV - Minuta do Contrato
ANEXO V - Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação;
ANEXO VI - Declaração de responsabilidade de conhecimento dos requisitos do edital;
ANEXO VII - Declaração de Cumprimento ao artigo 7º, XXXIII da Constituição Federal;
ANEXO VIII - Declaração de Cumprimento ao disposto nos incisos III e IV, do art. 1º e no inciso III, do art. 5º da Constituição Federal;
ANEXO IX - Declaração de reserva de cargos para pessoa com deficiência;
ANEXO X - Declaração de Enquadramento ME/EPP;
ANEXO XI - Declaração de licitante organizado em cooperativa.

29.15 - Para dirimir as questões relativas ao presente Edital, elege-se como foro competente o de Jussara/GO, com exclusão de qualquer outro.

Jussara/GO, 28 de outubro de 2026.

LORENA DE OLIVEIRA SOUZA
Pregoeira



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1- OBJETO:

1.1. Contratação de empresa especializada em aquisição de eletrodomésticos novos, de primeiro uso, destinados a atender às necessidades das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino e da Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações técnicas, quantitativos, condições de fornecimento e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos.

1.2. A aquisição compreenderá equipamentos destinados ao apoio das atividades administrativas, pedagógicas, operacionais, de alimentação escolar e demais serviços desenvolvidos pelas unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Educação, devendo os produtos ser entregues em perfeitas condições de funcionamento, acompanhados dos respectivos acessórios, manuais e garantias, quando aplicáveis.

1.3. Os bens deverão atender às especificações mínimas estabelecidas pela Administração, bem como às normas técnicas, de segurança, eficiência energética e demais regulamentações aplicáveis a cada equipamento.

2- JUSTIFICATIVA:

2.1. Justifica-se pela necessidade de equipar, complementar e/ou substituir eletrodomésticos utilizados nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino e na Secretaria Municipal de Educação, garantindo condições adequadas para o desenvolvimento das atividades educacionais, administrativas e operacionais.

A disponibilização de equipamentos novos e adequados permitirá melhores condições de trabalho aos servidores, maior segurança na execução das atividades, eficiência operacional e adequada conservação dos gêneros alimentícios e demais materiais que dependam dos respectivos equipamentos.

Dessa forma, a aquisição mostra-se necessária para assegurar a continuidade, qualidade e eficiência dos serviços públicos educacionais, proporcionando infraestrutura adequada às unidades escolares e à Secretaria Municipal de Educação e contribuindo para melhores condições de atendimento aos estudantes da Rede Municipal de Ensino.

3- LEVANTAMENTO DE PREÇOS:

ITEM	DESCRIPTIVO	UND	QNT	MÉDIA	TOTAL



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA



1	ARMÁRIO DE AÇO COZINHA 6 PORTAS E 3 GAVETAS (EXCLUSIVO ME/EPP)- Armário em aço, com pintura eletrostática, 6 portas e 3 gavetas, prateleiras internas, puxadores resistentes, ideal para armazenamento de utensílios.	UN.	2	R\$ 1.694,67	R\$ 3.389,34
2	BERÇO COM COLCHÃO (0,53 X 0,94) (EXCLUSIVO ME/EPP)- Berço infantil com colchão (largura 0,53 cm X 0,94 cm), novo, destinado ao uso em creches, centros de educação infantil e demais unidades públicas de atendimento à primeira infância. Berço confeccionado em estrutura metálica tubular de aço carbono, com acabamento em pintura eletrostática a pó, atóxica, resistente à corrosão e de fácil higienização, com cantos arredondados e acabamento sem rebarbas ou partes cortantes. Deverá possuir laterais fixas com grades de segurança, estrado metálico resistente e estrutura firme e estável, adequada ao uso infantil. O berço deverá acompanhar colchão compatível com as dimensões internas, confeccionado em espuma de poliuretano, com densidade mínima D18, espessura mínima de 10 cm, revestimento impermeável, atóxico, antialérgico, lavável e de fácil higienização.	UN.	20	R\$ 1.711,33	R\$ 34.226,60
3	BERÇO COM COLCHÃO (0,58 X 0,99) (EXCLUSIVO ME/EPP)- Berço infantil com colchão (largura 0,58 cm X 0,99 cm), novo, destinado ao uso em creches, centros de educação infantil e demais unidades públicas de atendimento à primeira infância. Berço confeccionado em estrutura metálica tubular de aço carbono, com acabamento em pintura eletrostática a pó, atóxica, resistente à corrosão e de fácil higienização, com cantos arredondados e acabamento sem rebarbas ou partes cortantes. Deverá possuir laterais fixas com grades de segurança, estrado metálico resistente e estrutura firme e estável, adequada ao uso infantil. O berço deverá acompanhar colchão compatível com as dimensões internas, confeccionado em espuma de poliuretano, com densidade mínima D18, espessura mínima de 10 cm, revestimento impermeável, atóxico, antialérgico, lavável e de fácil higienização.	UN.	10	R\$ 1.725,00	R\$ 17.250,00
4	BERÇO COM COLCHÃO (0,61 X 1,30) (EXCLUSIVO ME/EPP)- Berço infantil com colchão (largura 0,61 cm X 1,30 cm), novo, destinado ao uso em creches, centros de educação infantil e demais unidades públicas de atendimento à primeira infância. Berço confeccionado em estrutura metálica tubular de aço carbono, com acabamento em pintura eletrostática a pó, atóxica, resistente à corrosão e de fácil higienização, com cantos arredondados e acabamento sem rebarbas ou partes cortantes. Deverá possuir laterais fixas com grades de segurança, estrado metálico resistente e estrutura firme e estável, adequada ao uso infantil. O berço deverá acompanhar colchão compatível com as dimensões internas,	UN.	10	R\$ 1.906,33	R\$ 19.063,30



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA



	confeccionado em espuma de poliuretano, com densidade mínima D18, espessura mínima de 10 cm, revestimento impermeável, atóxico, antialérgico, lavável e de fácil higienização.				
5	BERÇO COM COLCHÃO (0,60 X 1,20) (EXCLUSIVO ME/EPP)- Berço infantil com colchão (largura 0,60 cm X 1,20 cm), novo, destinado ao uso em creches, centros de educação infantil e demais unidades públicas de atendimento à primeira infância. Berço confeccionado em estrutura metálica tubular de aço carbono, com acabamento em pintura eletrostática a pó, atóxica, resistente à corrosão e de fácil higienização, com cantos arredondados e acabamento sem rebarbas ou partes cortantes. Deverá possuir laterais fixas com grades de segurança, estrado metálico resistente e estrutura firme e estável, adequada ao uso infantil. O berço deverá acompanhar colchão compatível com as dimensões internas, confeccionado em espuma de poliuretano, com densidade mínima D18, espessura mínima de 10 cm, revestimento impermeável, atóxico, antialérgico, lavável e de fácil higienização.	UN.	2	R\$ 1.926,33	R\$ 3.852,66
6	CADEIRA DE PLÁSTICO COM BRAÇO (EXCLUSIVO ME/EPP)- Cadeira monobloco em polipropileno, com braços, empilhável, resistente a intempéries, capacidade mínima de 120 kg.	UN.	100	R\$ 91,33	R\$ 9.133,00
7	CADEIRA LONGARINA RETA SECRETÁRIA 3 LUGARES (EXCLUSIVO ME/EPP)- Longarina com 3 assentos, estrutura metálica, assentos e encostos em polipropileno ou estofados, fixação reforçada.	UN.	10	R\$ 702,67	R\$ 7.026,70
8	CADEIRA LONGARINA RETA SECRETÁRIA 5 LUGARES (EXCLUSIVO ME/EPP)- Longarina com 5 assentos, estrutura metálica, assentos e encostos resistentes, ideal para recepção.	UN.	5	R\$ 1.025,00	R\$ 5.125,00
9	CLIMATIZADOR EVAPORATIVO MÓVEL (100 LTS) (EXCLUSIVO ME/EPP) - Potência 210W; reservatório com capacidade de 100L; com no mínimo 3 Velocidades de ventilação; com oscilação horizontal automática; oscilação vertical manual; com sistema que pode ser conectado direto à rede hidráulica para abastecimento automático de água; com quatro rodas que facilitam a locomoção de um ambiente para o outro; Sistema evaporativo tipo Colmeia; sistema corta fluxo. Garantia do Fornecedor: 12 meses.	UN.	20	R\$ 2.711,33	R\$ 54.226,60
10	CORTADOR DE LEGUMES ELÉTRICO INDUSTRIAL (EXCLUSIVO ME/EPP)- 3 em 1, Picador De Legumes Elétrico, Cortador De Legumes	UN.	15	R\$ 711,67	R\$ 10.675,05



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA



	Multifuncional, Máquina De Trituração E Fatiador Para Uso Comercial/Doméstico, voltagem 220.				
11	FOGÃO 5 BOCAS COM ACENDEDOR AUTOMATICO (EXCLUSIVO ME/EPP)- Fogão doméstico, 5 bocas, acendimento automático, mesa em inox ou vidro temperado, queimadores com variação de potência, forno com capacidade mínima de 80 litros, válvula de segurança, alimentação a gás GLP.	UN.	6	R\$ 1.402,67	R\$ 8.416,02
12	LAVADORA DE ROUPA 15 KG (EXCLUSIVO ME/EPP)- Máquina de lavar roupas, capacidade mínima de 15 kg, abertura superior, múltiplos programas de lavagem, eficiência energética.	UN.	5	R\$ 2.741,67	R\$ 13.708,35
13	MESA EM L 1,80MX1,20MX78CM (EXCLUSIVO ME/EPP)- Mesa em formato “L”, confeccionada em MDF/MDP com revestimento melamínico, estrutura resistente, dimensões aproximadas de 1,80 x 1,20 x 0,78 m, com pés niveladores.	UN.	5	R\$ 1.310,00	R\$ 6.550,00
14	MESA SECRETÁRIA 1,0x60 SEM GAVETAS (EXCLUSIVO ME/EPP) - Composição simples; sem gavetas; Material de confecção madeira/ mdp/ mdf/ similares; pés de metal com sapatas para proteção do piso e do metal, com pintura antiferrugem.	UN.	10	R\$ 502,67	R\$ 5.026,70
15	MESA SECRETÁRIA 1,20X60 SEM GAVETAS (EXCLUSIVO ME/EPP) - Composição simples; sem gavetas; Material de confecção madeira/ mdp/ mdf/ similares; pés de metal com sapatas para proteção do piso e do metal, com pintura antiferrugem.	UN.	10	R\$ 556,33	R\$ 5.563,30
16	TANQUINHO LAVA ROUPAS (EXCLUSIVO ME/EPP) - Capacidade 15KG, batedor grande no fundo, abertura superior, tampa translúcida, painel de controle manual, sistema de lavagem por agitação, filtro para reter fiapo, timer analógico, desligamento automático, potência 440W, voltagem 220, selo do INMETRO, garantia do fornecedor 12 (doze) meses.	UN.	4	R\$ 1.060,00	R\$ 4.240,00
17	COLCHÃO PARA BERÇO (EXCLUSIVO ME/EPP)- Colchão infantil para berço com medidas: largura 0,53 cm X comprimento 0,94 cm) espuma de densidade adequada (mín. D18), revestimento impermeável e antialérgico.	UN.	50	R\$ 153,93	R\$ 7.696,50
18	COLCHÃO PARA BERÇO (EXCLUSIVO ME/EPP)- Colchão infantil para berço com medidas: largura 0,58 cm X comprimento 0,99 cm) espuma de densidade adequada (mín. D18), revestimento impermeável e antialérgico.	UN.	50	R\$ 174,33	R\$ 8.716,50
19	COLCHÃO PARA BERÇO (EXCLUSIVO ME/EPP)- Colchão infantil para berço com medidas: largura 0,61 cm X comprimento 1,30 cm) espuma de densidade adequada (mín. D18), revestimento impermeável e antialérgico.	UN.	50	R\$ 231,33	R\$ 11.566,50
20	COLCHÃO PARA BERÇO (EXCLUSIVO ME/EPP)- Colchão infantil para berço com medidas: largura 0,60 cm X comprimento 1,20 cm) espuma de densidade adequada (mín. D18), revestimento impermeável e antialérgico.	UN.	50	R\$ 206,00	R\$ 10.300,00



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA



21	PROJETOR MULTIMÍDIA 5.500 LUMENS (EXCLUSIVO ME/EPP)- Projetor com luminosidade mínima de 5.500 lumens, resolução mínima HD, conexões HDMI/USB, compatível com diversos dispositivos.	UN.	5	R\$ 5.026,67	R\$ 25.133,35
22	FORNO ELETRICO 80 LITROS (EXCLUSIVO ME/EPP)- Forno elétrico com capacidade mínima de 80 litros, controle de temperatura, timer, resistência superior e inferior.	UN.	8	R\$ 1.514,00	R\$ 12.112,00
23	GELADEIRA 559 LITROS (EXCLUSIVO ME/EPP)- Refrigerador com capacidade total aproximada de 559 litros, frost free, controle de temperatura, eficiência energética, 3 portas.	UN.	5	R\$ 5.526,67	R\$ 27.633,35
24	CADEIRA PARA ESCRITÓRIO FIXA C/ ENCOSTO DE BRAÇO (EXCLUSIVO ME/EPP)- Assento e encosto: madeira compensada; Assento e encosto: espuma injetada com densidade média de 55kg/m3; Revestimento do assento e encosto: em tecido polipropileno; Braços: fixo em polipropileno; Base: Confeccionado em tubo de aço de 7/8; Medidas Assento: 49 cm largura x 48 cm profundidade x 70 espessura; Medidas Encosto: 46 cm largura x 48 cm altura x 70 espessura; Altura do Assento até o chão: 45 cm; Altura do braço até o chão: 68 cm; Altura total até o chão: 91 cm; Dimensões aproximadas do produto montado: 53 cm largura x 63 cm profundidade x 91 cm altura; Peso recomendado: até 120 kg.	UN.	25	R\$ 321,00	R\$ 8.025,00
25	JOGO DE MESA C/ 12 CADEIRAS PARA REFEITORIO INFANTIL (EXCLUSIVO ME/EPP)- Mesa infantil, material resistente (polipropileno), cantos arredondados, altura adequada para crianças.	UN.	10	R\$ 3.778,33	R\$ 37.783,30
26	MESA REDONDA P/ 6 LUGARES (EXCLUSIVO ME/EPP)- Mesa redonda, estrutura resistente, tampo em MDF/MDP ou plástico, capacidade para 6 pessoas.	UN.	8	R\$ 1.496,67	R\$ 11.973,36
27	MESA SECRETÁRIA 60X 1.10 2 GAVETAS (EXCLUSIVO ME/EPP)- Mesa reta, 1,10 m, com 2 gavetas, estrutura em MDF/MDP, acabamento melamínico.	UN.	20	R\$ 618,00	R\$ 12.360,00
28	MESA DE PLÁSTICO QUADRADA (EXCLUSIVO ME/EPP)- Mesa quadrada em polipropileno, resistente, empilhável, uso interno/externo.	UN.	20	R\$ 102,67	R\$ 2.053,40
29	JOGO DE MESA C/ CADEIRAS ESCOLAR INFANTIL 80X80 MDF (EXCLUSIVO ME/EPP)- Medindo 0,80 x 0,80 cm x 56 cm altura, em MDF 15 mm com estrutura de ferro 3/4 com pintura epóxi preto; modelo infantil para crianças.	UN.	60	R\$ 866,33	R\$ 51.979,80
30	JOGO DE MESA C/ CADEIRAS ESCOLAR INFANTIL 80X80 MDF- Medindo 0,80 x 0,80 cm x 56 cm altura, em MDF 15 mm com estrutura de ferro 3/4 com pintura epóxi preto; modelo infantil para crianças.	UN.	240	R\$ 866,33	R\$ 207.919,20
31	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL 10 LITROS (EXCLUSIVO ME/EPP)- Liquidificador industrial, copo em inox, capacidade mínima de 10 litros, alta rotação, uso contínuo.	UN.	15	R\$ 1.143,33	R\$ 17.149,95



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA



32	PRATELEIRA DE AÇO C/ 06 DIVISÓRIAS - Estante em aço, 6 prateleiras reguláveis, pintura eletrostática, alta capacidade de carga.	UN.	15	R\$ 396,00	R\$ 5.940,00
33	BALANÇA ELETRÔNICA (15KG/5G) (EXCLUSIVO ME/EPP) - eletrônica de pesagem rápida; capacidade 15Kg/5g; carcaça construída em ABS injetado; base construída em chapa de aço bicromatizado; prato em aço inoxidável de alta resistência; suporte de prato em alumínio injetado; Duplo indicadores de peso com 05 dígitos de 13 milímetros facilitando a visualização do peso; com entrada para bateria automotiva de 12V. com recurso tara; Dimensões da balança larg. 366mm/alt. 108mm/ prof. 344mm; Dimensões do prato: 336mm x 269mm; alimentação 110/22V.	UN.	10	R\$ 1.355,00	R\$ 13.550,00
34	BALANÇA ELETRÔNICA (40KG) (EXCLUSIVO ME/EPP) - eletrônica de pesagem rápida; capacidade máxima 40Kg, capacidade mínima 200g, precisão 2g; carcaça construída em ABS injetado; base construída em chapa de aço bicromatizado; prato em aço inoxidável de alta resistência; suporte de prato em alumínio injetado; Duplo indicadores de peso com 05 dígitos de 13 milímetros facilitando a visualização do peso; com entrada para bateria automotiva de 12V. com recurso tara; Dimensões da balança larg. 366mm/alt. 108mm/ prof. 344mm; Dimensões do prato: 336mm x 269mm; alimentação 110/220V.	UN.	5	R\$ 719,67	R\$ 3.598,35
35	BATEDEIRA INDUSTRIAL PLANETÁRIA (EXCLUSIVO ME/EPP) - Características: bateadeira industrial, material corpo aço, tacho em inox, capacidade mínima 5L, potência mínima: 600w, características adicionais: planetária, com regulador de velocidade, tensão alimentação 220 v, acessórios: 3 batedores - tipo espiral, raquete e globo.	UN.	15	R\$ 4.003,00	R\$ 60.045,00
36	CORTINA COM BLACKOUT 2,50X3,60 (EXCLUSIVO ME/EPP) - Cortinas com tecido blackout, bloqueio de luminosidade, acabamento reforçado, nas dimensões especificadas.	UN.	100	R\$ 318,00	R\$ 31.800,00
37	CORTINA COM BLACKOUT 1,70X2,60 (EXCLUSIVO ME/EPP) - Cortinas com tecido blackout, bloqueio de luminosidade, acabamento reforçado, nas dimensões especificadas.	UN.	50	R\$ 438,33	R\$ 21.916,50
38	TENDA 6X6 (EXCLUSIVO ME/EPP) - Tendas com estrutura metálica galvanizada, cobertura em lona impermeável, resistentes a intempéries.	UN.	5	R\$ 7.653,33	R\$ 38.266,65
39	TENDA 8X8 (EXCLUSIVO ME/EPP) - Tendas com estrutura metálica galvanizada, cobertura em lona impermeável, resistentes a intempéries.	UN.	5	R\$ 10.666,67	R\$ 53.333,35
40	TENDA 10X10M (EXCLUSIVO ME/EPP) - Tendas com estrutura metálica galvanizada, cobertura em lona impermeável, resistentes a intempéries.	UN.	5	R\$ 15.266,67	R\$ 76.333,35
41	TENDA 12X10 (EXCLUSIVO ME/EPP) - Tendas com estrutura metálica galvanizada, cobertura em lona impermeável, resistentes a intempéries.	UN.	1	R\$ 17.149,67	R\$ 17.149,67



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA



	impermeável, resistentes a intempéries.				
42	TENDA 12X10- Tendas com estrutura metálica galvanizada, cobertura em lona impermeável, resistentes a intempéries.	UN.	4	R\$ 17.149,67	R\$ 68.598,68
43	FOGÃO INDUSTRIAL 5 BOCAS COM FORNO (EXCLUSIVO ME/EPP)- Fogão industrial em aço carbono, queimadores de alta pressão, com ou sem forno, alimentação a gás GLP.	UN.	3	R\$ 2.676,33	R\$ 8.028,99
44	GELADEIRA 450 LITROS (EXCLUSIVO ME/EPP)- Refrigeradores com capacidades indicadas, sistema degelo manual ou automático, prateleiras internas.	UN.	4	R\$ 5.552,67	R\$ 22.210,68
45	FREEZER VERTICAL 228 LT (EXCLUSIVO ME/EPP)- Freezer vertical, capacidade mínima 228 litros, porta única, controle de temperatura.	UN.	5	R\$ 5.621,67	R\$ 28.108,35
46	SMART TV 43' FULL HD- Televisores smart, resolução Full HD, conectividade Wi-Fi, entradas HDMI/USB.	UN.	5	R\$ 2.242,33	R\$ 11.211,65
47	CONJUNTO DE MESA ESCOLAR INFANTIL (EXCLUSIVO ME/EPP)- Conjunto com mesa e cadeiras infantis, material resistente, dimensões adequadas.	UN.	40	R\$ 618,00	R\$ 24.720,00
48	CONJUNTO DE MESA ESCOLAR INFANTIL- Conjunto com mesa e cadeiras infantis, material resistente, dimensões adequadas.	UN.	160	R\$ 618,00	R\$ 98.880,00
49	FOGÃO INDUSTRIAL 2 BOCA (EXCLUSIVO ME/EPP)- Fogão industrial em aço carbono, queimadores de alta pressão, com ou sem forno, alimentação a gás GLP.	UN.	5	R\$ 720,33	R\$ 3.601,65
50	FOGÃO INDUSTRIAL 5 BOCAS SOM FORNO (EXCLUSIVO ME/EPP)- Fogão industrial em aço carbono, queimadores de alta pressão, com ou sem forno, alimentação a gás GLP.	UN.	6	R\$ 2.726,00	R\$ 16.356,00
51	LOUSA BRANCA 3,00 X 1,20 (EXCLUSIVO ME/EPP)- Fabricação em MDF 15mm, sobreposto por laminado branco; Moldura em alumínio; Fixação invisível em PS sem parafusos à mostra; Espessura da moldura:20mm; Facilidade para apagar; Maior Durabilidade; Não deixa manchas.	UN.	60	R\$ 1.043,33	R\$ 62.599,80
52	LOUSA BRANCA 2,50 X 1,20 (EXCLUSIVO ME/EPP)- Fabricação em MDF 15mm, sobreposto por laminado branco; Moldura em alumínio; Fixação invisível em PS sem parafusos à mostra; Espessura da moldura:20mm; Facilidade para apagar; Maior Durabilidade; Não deixa manchas.	UN.	20	R\$ 976,67	R\$ 19.533,40



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA



53	PROJETOR LED PORTÁTIL 3.300 LUMENS (EXCLUSIVO ME/EPP) - Projetor Multimídia FULL HD com sistema de projeção: Tecnologia 3LCD de 3 chips, Modo de projeção: Frontal / Traseiro / Instalado no teto, Visor LCD 0,67 polegadas (D10), Brilho em cores: 3.300 Lumens, Brilho em branco: 3.600Lumens, Relação de aspecto: 16:10, Resolução Nativa do projetor: WUXGA (1920 x 1200), Relação de contraste: Até 15.000:1, Reprodução de cor: Até 1 bilhão de cores, Ruído do ventilador: 28 dB / 37 dB, Lente de projeção: Tipo Zoom Ótico (Manual) / Foco (Manual), Número F: 1,50 - 1,71, Relação de Zoom 1 - 1,2, Distância focal: 20,42 mm - 24,50 mm, Tampa da lente: Slide lens shutter, Correção Keystone: Vertical: - 30°+30 Horizontal: - 30°+30°, Quick Corner: Sim, Tamanho da tela: 30" a 300" (0,87m - 10,98 m), Temperatura de operação: 5°C a 35°C, Peso: 2,8 kg, Dimensões: 30,2 x 24,9 x 8,7 cm (sem os pés), Segurança: Orifício para instalação de Trava Kensington barra de segurança, Conectividade do projetor: Entrada do computador: x 1 D-sub15, HDMI x 2 (1 suporta MHL), USB Tipo A x 1(Memória USB imagens / Atualização Firmware), USB Tipo B x 1 (USB display, mouse, controle, Atualização Firmware), Vídeo RCA x1, Entrada de áudio RCA x2 RCA (Branco x1, Vermelho x1), Wireless Integrado neste modelo, Energia: Voltagem da fonte de alimentação: 100 - 240 V AC +/- 10%, 50/60 Hz bivolt automático, Tipo de lâmpada: 210W UHE, Vida útil da lâmpada:	UN.	4	R\$ 6.011,67	R\$ 24.046,68
54	LIQUIDIFICADOR INDUSTRIAL 4 LITROS (EXCLUSIVO ME/EPP) - Liquidificadores com capacidades indicadas, copo resistente, uso doméstico ou industrial conforme especificação.	UN.	5	R\$ 911,33	R\$ 4.556,65
55	LIQUIDIFICADOR COPO 2 LITROS (EXCLUSIVO ME/EPP) - Liquidificadores com capacidades indicadas, copo resistente, uso doméstico ou industrial conforme especificação.	UN.	5	R\$ 744,67	R\$ 3.723,35
56	LAVADOURA DE ALTA PRESSÃO ELÉTRICA (EXCLUSIVO ME/EPP) - Potência 1500W (mínimo), pressão 1740 libras, vazão de 380 L/H (mínimo), Voltagem 220V, porta acessórios e cabo elétrico, jato d água ajustável, carrinho de transporte, conteúdo da embalagem: 1 mangueira com trama de nylon com 5 metros e pistola acoplada, 1 agulha de desentupimento do bico, 1 reservatório de shampoo, trifásico, tensão 220V, 1 filtro de entrada de água, garantia mínima de 12 (doze) meses.	UN.	5	R\$ 2.006,67	R\$ 10.033,35



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA



57	CORTADOR DE GRAMA A GASOLINA (EXCLUSIVO ME/EPP)- Equipado com motor monocilíndrico de 04 (quatro) tempos, refrigerado a ar, com potência mínima de 6,0 HP, movido a gasolina comum. O equipamento deverá possuir capacidade mínima do tanque de combustível de 850 ml e capacidade mínima do reservatório de óleo de 600 ml. Largura: 630 mm Altura: 450 mm Comprimento: 830 mm. Tipo: Cortador de grama a gasolina; Motor: 4 tempos, monocilíndrico, refrigerado a ar; Potência mínima: 6,0 HP; Combustível: gasolina comum; Sistema de partida: manual retrátil; Sistema de aceleração: manual; Controle automático de rotação do motor; Sistema de freio automático da lâmina e/ou do motor; Lâmina em aço temperado com tratamento térmico integral; Regulagem de altura de corte com, no mínimo, 05 (cinco) posições; Rodas revestidas com pneus em PVC ou material equivalente; Capacidade mínima do tanque de combustível: 850 ml; Capacidade mínima do reservatório de óleo: 600 ml; Dimensões mínimas (L x A x C): 630 x 450 x 830 mm; Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação.	UN.	4	R\$ 4.115,00	R\$ 16.460,00
58	FREEZER HORIZONTAL 2 PORTAS (EXCLUSIVO ME/EPP)- capacidade de 534 litros, Classificação de eficiência energética A expedida pelo INMETRO; voltagem 220V. Garantia mínima de 6 meses fornecida pelo fabricante.	UN.	10	R\$ 5.071,67	R\$ 50.716,70
59	SOPRADOR ASPIRADOR A GASOLINA (EXCLUSIVO ME/EPP)- O equipamento deverá possuir motor a combustão de 02 (dois) tempos, refrigerado a ar, com cilindrada mínima de 25 cm ³ e potência mínima de 1,0 HP, movido a gasolina, equipado com sistema de partida manual retrátil e ignição eletrônica. Deverá operar nas funções de soprador e aspirador, com sistema de conversão entre as funções de forma prática, acompanhado de saco coletor de resíduos confeccionado em material resistente, com capacidade mínima de 40 litros. O equipamento deverá possuir velocidade do ar mínima de 60 m/s (ou vazão mínima de 10 m ³ /min), controles ergonômicos de aceleração, empunhadura confortável e sistema de redução de vibração, proporcionando maior segurança e conforto ao operador.	UN.	5	R\$ 2.065,67	R\$ 10.328,35



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA



60	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL (EXCLUSIVO ME/EPP) - Impressora multifuncional jato de tinta colorida com sistema de abastecimento por tanque de tinta recarregável, destinada à impressão, cópia e digitalização de documentos, adequada para utilização em ambientes administrativos com média e alta demanda de impressão. O equipamento deverá possuir sistema de impressão colorida e monocromática, conexão via USB de alta velocidade e conexão de rede sem fio (Wi-Fi), permitindo impressão por meio de computadores e dispositivos móveis compatíveis. Deverá possuir alimentador traseiro ou frontal para papel, painel de operação integrado, resolução de impressão de alta qualidade e scanner colorido de mesa com tecnologia de digitalização em cores. Tecnologia de impressão: jato de tinta com sistema de tanque de tinta recarregável; Funções: impressão, cópia e digitalização (multifuncional); Impressão colorida e monocromática; Resolução máxima de impressão: mínimo de 4.800 x 1.200 dpi; Velocidade de impressão: mínimo de 15 páginas por minuto (preto) e 8 páginas por minuto (colorido); Resolução óptica do scanner: mínimo de 1.200 x 2.400 dpi; Cópia com ampliação e redução; Capacidade mínima da bandeja de entrada: 100 folhas; Capacidade mínima da bandeja de saída: 30 folhas; Tamanhos de papel compatíveis: A4, Carta, Ofício, Executivo e demais formatos compatíveis; Interfaces: USB 2.0 de alta velocidade e Wi-Fi integrado; Compatibilidade com sistemas operacionais Windows e Linux, ou superiores/equivalentes; Alimentação elétrica: 127 V ou 220 V, conforme necessidade da Administração; Acompanhada de cabo de alimentação, cabo USB (quando fornecido pelo fabricante), manual de instruções em português, drivers e todos os acessórios necessários ao pleno funcionamento.	UN.	6	R\$ 1.651,33	R\$ 9.907,98
61	CELULAR ANDROID (EXCLUSIVO ME/EPP) - Sistema operacional Android, versão igual ou superior à vigente na data do fornecimento; Processador de, no mínimo, 8 (oito) núcleos (Octa-Core), com frequência mínima de 2,0 GHz; Memória RAM mínima de 6 GB; Armazenamento interno mínimo de 128 GB , com possibilidade de expansão por cartão microSD ou tecnologia equivalente, quando aplicável; Tela sensível ao toque (touchscreen), com tecnologia IPS LCD, AMOLED ou superior, medindo entre 6,4 e 6,8 polegadas, resolução mínima Full HD+ (1080 x 2400 pixels) ou equivalente; Câmera traseira principal com resolução mínima de 50 MP, acompanhada de recursos de foco automático e flash LED; Câmera frontal com resolução mínima de 13 MP; Gravação de vídeos em resolução mínima Full HD (1080p); Conectividade 4G LTE e/ou 5G, Wi-Fi, Bluetooth versão 5.0 ou superior, GPS, NFC (quando disponível no modelo ofertado) e entrada USB Tipo-C; Dual SIM (2 chips); Bateria com capacidade mínima de 5.000 mAh, com suporte a carregamento rápido; Sensores mínimos: acelerômetro,	UN.	5	R\$ 1.563,00	R\$ 7.815,00



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA



	proximidade, luz ambiente e leitor biométrico; Alto-falante e microfone integrados; Compatível com aplicativos de produtividade, videoconferência e comunicação. Acessórios mínimos: Carregador compatível com o equipamento; Cabo USB para carregamento e transferência de dados; Chave para gaveta do SIM Card (quando aplicável).				
62	Cadeira para escritório secretária giratória c/ encosto de braço (EXCLUSIVO ME/EPP)- Assento e encosto: madeira compensada; Assento e encosto: espuma injetada com densidade média de 55kg/m3, Revestimento do assento e encosto: em tecido polipropileno azul com preto; Base: em aço com capa protetora em polipropileno; Braços: reguláveis com apoio em polipropileno; Mecanismo: giratório com regulagem de altura com sistema de amortecimento a gás; Medidas Assento: 46 cm largura x 43 cm profundidade x 70 espessura; Medidas Encosto: 42 cm largura x 36 cm altura x 70 espessura; Altura do Assento até o chão: mínimo 38 cm - máximo 50 cm. Altura do braço até o chão: mínimo 56 cm - máximo 74 cm; Altura total até o chão: mínimo 86 cm máximo 98 cm; Dimensões aproximadas do produto montado: 55 cm largura x 55 cm profundidade; Peso líquido aproximado do produto: 9,5 kg; Peso recomendado: até 110 kg.	UN.	20	R\$ 518,00	R\$ 10.360,00
63	BERÇO DE METAL COM COLCHÃO (EXCLUSIVO ME/EPP)- Berço infantil confeccionado em estrutura metálica tubular de aço carbono, com acabamento em pintura eletrostática a pó, atóxica e resistente à corrosão, destinado ao uso em creches, centros de educação infantil e demais unidades de atendimento à primeira infância. Deverá acompanhar colchão compatível com as dimensões internas do berço, confeccionado em espuma de poliuretano de alta qualidade, com densidade D18 ou superior, revestido em material impermeável, atóxico, lavável e de fácil higienização. Estrutura em aço carbono tubular; Pintura eletrostática a pó, atóxica e anticorrosiva; Dimensões aproximadas do berço: 1,30 m (comprimento) x 0,65 m (largura) x 0,90 m (altura); Área útil para colchão: aproximadamente 1,30 m x 0,60 m; Estrado metálico resistente; Laterais fixas com grades de segurança; Cantos arredondados e acabamento sem rebarbas; Colchão com espessura mínima de 10 cm, densidade D18 ou superior, revestido em material impermeável e lavável; Capacidade mínima de carga: 30 kg;	UN.	16	R\$ 1.976,33	R\$ 31.621,28



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA



64	BERÇO DE METAL COM COLCHÃO- Berço infantil confeccionado em estrutura metálica tubular de aço carbono, com acabamento em pintura eletrostática a pó, atóxica e resistente à corrosão, destinado ao uso em creches, centros de educação infantil e demais unidades de atendimento à primeira infância. Deverá acompanhar colchão compatível com as dimensões internas do berço, confeccionado em espuma de poliuretano de alta qualidade, com densidade D18 ou superior, revestido em material impermeável, atóxico, lavável e de fácil higienização. Estrutura em aço carbono tubular; Pintura eletrostática a pó, atóxica e anticorrosiva; Dimensões aproximadas do berço: 1,30 m (comprimento) x 0,65 m (largura) x 0,90 m (altura); Área útil para colchão: aproximadamente 1,30 m x 0,60 m; Estrado metálico resistente; Laterais fixas com grades de segurança; Cantos arredondados e acabamento sem rebarbas; Colchão com espessura mínima de 10 cm, densidade D18 ou superior, revestido em material impermeável e lavável; Capacidade mínima de carga: 30 kg;	UN.	64	R\$ 1.976,33	R\$ 126.485,12
65	Tatame emborrachado de 1 metro (EXCLUSIVO ME/EPP)- Tatame emborrachado antiderrapante; com cantos de acabamento emborrachado; Medidas: 1,95m x 1,50m; atóxico.	UN.	100	R\$ 81,97	R\$ 8.197,00
66	Tatame colorido de 1 metro (EXCLUSIVO ME/EPP) - Tatame coloridos, cores sortidas; com as bordas de acabamento das laterais, medidas: 50x50x2cm 20mm; sistemas de absorção de impacto; atóxicos; Sistema Fit de encaixe.	UN.	100	R\$ 62,13	R\$ 6.213,00
67	FORNO MICROONDAS 42 LITROS (EXCLUSIVO ME/EPP)- O equipamento deverá possuir gabinete em aço com acabamento de alta resistência, cavidade interna de fácil limpeza, prato giratório removível em vidro temperado, painel de controle eletrônico com teclado de membrana ou tecnologia equivalente, display digital e relógio integrado. Deverá dispor de programas automáticos para aquecimento, descongelamento e preparo de alimentos, ajuste de níveis de potência, função de descongelamento por peso ou tempo, timer programável e sinal sonoro indicativo de término da operação. Capacidade: 42 litros; Alimentação elétrica: 127 V ou 220 V, conforme necessidade da Administração; Potência de saída mínima: 1.200 W; Frequência: 60 Hz; Painel eletrônico com display digital; Mínimo de 10 níveis de potência; Função descongelamento por peso e/ou tempo; Função aquecimento rápido; Timer programável; Relógio digital; Trava de segurança para crianças; Prato giratório em vidro temperado, removível; Cavidade interna com revestimento de fácil limpeza; Abertura frontal com visor na porta; Cabo de alimentação com plugue em conformidade com o padrão brasileiro (ABNT NBR 14136).	UN.	5	R\$ 1.018,33	R\$ 5.091,65
68	Colchonetes 1,20x60x0,5 (EXCLUSIVO ME/EPP) - Densidade 23 kg/m³; Revestimento: Courvin	UN.	100	R\$ 134,33	R\$ 13.433,00



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA



	impermeável.				
69	Colchonetes 0,90x60x10 (EXCLUSIVO ME/EPP) - Densidade 23 kg/m ³ ; Revestimento: Courvin impermeável.	UN.	100	R\$ 81,30	R\$ 8.130,00
70	APARELHO DE AR COND. SPLIT 12000BTUS INVERTER (EXCLUSIVO ME/EPP) - Aparelho de ar-condicionado tipo Split Hi-Wall, com capacidade mínima de 12.000 BTUs/h, tecnologia Inverter, destinado à climatização de ambientes administrativos, proporcionando maior eficiência energética, conforto térmico e baixo nível de ruído. Capacidade de refrigeração: 12.000 BTUs/h; Tecnologia Inverter; Ciclo: Frio (ou Quente/Frio, conforme necessidade da Administração); Tensão: 127 V ou 220 V, conforme necessidade da Administração; Gás refrigerante R-32 ou R-410A, ecologicamente adequado; Classificação de eficiência energética A, conforme INMETRO ou classificação vigente; Controle remoto sem fio; Funções mínimas: refrigeração, ventilação, desumidificação, modo automático, timer, sleep e swing; Filtro de ar lavável e removível; Baixo nível de ruído; Acompanhado das unidades evaporadora e condensadora, controle remoto, manual de instruções em português e kit para instalação, quando previsto no edital.	UN.	30	R\$ 2.563,00	R\$ 76.890,00
71	APARELHO DE AR COND. SPLIT 18000BTUS INVERTER (EXCLUSIVO ME/EPP) - Aparelho de ar-condicionado tipo Split Hi-Wall, com capacidade mínima de 18.000 BTUs/h, tecnologia Inverter, destinado à climatização de ambientes administrativos, proporcionando eficiência energética, economia no consumo de energia, baixo nível de ruído e conforto térmico. Capacidade de refrigeração: 18.000 BTUs/h; Tecnologia Inverter; Ciclo: Frio (ou Quente/Frio, conforme necessidade da Administração); Tensão: 127 V ou 220 V, conforme necessidade da Administração; Gás refrigerante R-32 ou R-410A, ecologicamente adequado; Classificação de eficiência energética A, conforme INMETRO ou classificação vigente; Controle remoto sem fio; Funções mínimas: refrigeração, ventilação, desumidificação, modo automático, timer, sleep e swing; Filtro de ar lavável e removível; Baixo nível de ruído; Acompanhado das unidades evaporadora e condensadora, controle remoto, manual de instruções em português e kit para instalação, quando previsto no edital.	UN.	6	R\$ 4.130,00	R\$ 24.780,00



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA



72	APARELHO DE AR COND. SPLIT 18000BTUS INVERTER- Aparelho de ar-condicionado tipo Split Hi-Wall, com capacidade mínima de 18.000 BTUs/h, tecnologia Inverter, destinado à climatização de ambientes administrativos, proporcionando eficiência energética, economia no consumo de energia, baixo nível de ruído e conforto térmico. Capacidade de refrigeração: 18.000 BTUs/h; Tecnologia Inverter; Ciclo: Frio (ou Quente/Frio, conforme necessidade da Administração); Tensão: 127 V ou 220 V, conforme necessidade da Administração; Gás refrigerante R-32 ou R-410A, ecologicamente adequado; Classificação de eficiência energética A, conforme INMETRO ou classificação vigente; Controle remoto sem fio; Funções mínimas: refrigeração, ventilação, desumidificação, modo automático, timer, sleep e swing; Filtro de ar lavável e removível; Baixo nível de ruído; Acompanhado das unidades evaporadora e condensadora, controle remoto, manual de instruções em português e kit para instalação, quando previsto no edital.	UN.	24	R\$ 4.130,00	R\$ 99.120,00
73	APARELHO DE AR COND. SPLIT 22000BTUS INVERTER- Aparelho de ar-condicionado tipo Split Hi-Wall, com capacidade mínima de 22.000 BTUs/h, tecnologia Inverter, destinado à climatização de ambientes administrativos, proporcionando eficiência energética, economia no consumo de energia, baixo nível de ruído e conforto térmico. Capacidade de refrigeração: 22.000 BTUs/h; Tecnologia Inverter; Ciclo: Frio (ou Quente/Frio, conforme necessidade da Administração); Tensão: 127 V ou 220 V, conforme necessidade da Administração; Gás refrigerante R-32 ou R-410A, ecologicamente adequado; Classificação de eficiência energética A, conforme INMETRO ou classificação vigente; Controle remoto sem fio; Funções mínimas: refrigeração, ventilação, desumidificação, modo automático, timer, sleep e swing; Filtro de ar lavável e removível; Baixo nível de ruído; Acompanhado das unidades evaporadora e condensadora, controle remoto, manual de instruções em português e kit para instalação, quando previsto no edital.	UN.	10	R\$ 4.876,67	R\$ 48.766,70
74	APARELHO DE AR COND. SPLIT 24000BTUS INVERTER (EXCLUSIVO ME/EPP)- Aparelho de ar-condicionado tipo Split Hi-Wall, com capacidade mínima de 24.000 BTUs/h, tecnologia Inverter, destinado à climatização de ambientes administrativos, proporcionando eficiência energética, economia no consumo de energia, baixo nível de ruído e conforto térmico. Capacidade de refrigeração: 24.000 BTUs/h; Tecnologia Inverter; Ciclo: Frio (ou Quente/Frio, conforme necessidade da Administração); Tensão: 127 V ou 220 V, conforme necessidade da Administração; Gás refrigerante R-32 ou R-410A, ecologicamente adequado; Classificação de eficiência energética A, conforme INMETRO ou classificação vigente; Controle remoto sem fio; Funções	UN.	20	R\$ 6.011,67	R\$ 120.233,40



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA



	mínimas: refrigeração, ventilação, desumidificação, modo automático, timer, sleep e swing; Filtro de ar lavável e removível; Baixo nível de ruído; Acompanhado das unidades evaporadora e condensadora, controle remoto, manual de instruções em português e kit para instalação, quando previsto no edital.				
75	APARELHO DE AR COND. SPLIT 30000BTUS INVERTER (EXCLUSIVO ME/EPP)- Aparelho de ar-condicionado tipo Split Hi-Wall, com capacidade mínima de 30.000 BTUs/h, tecnologia Inverter, destinado à climatização de ambientes administrativos, proporcionando eficiência energética, economia no consumo de energia, baixo nível de ruído e conforto térmico. Capacidade de refrigeração: 30.000 BTUs/h; Tecnologia Inverter; Ciclo: Frio (ou Quente/Frio, conforme necessidade da Administração); Tensão: 127 V ou 220 V, conforme necessidade da Administração; Gás refrigerante R-32 ou R-410A, ecologicamente adequado; Classificação de eficiência energética A, conforme INMETRO ou classificação vigente; Controle remoto sem fio; Funções mínimas: refrigeração, ventilação, desumidificação, modo automático, timer, sleep e swing; Filtro de ar lavável e removível; Baixo nível de ruído; Acompanhado das unidades evaporadora e condensadora, controle remoto, manual de instruções em português e kit para instalação, quando previsto no edital.	UN.	2	R\$ 9.116,67	R\$ 18.233,34
76	APARELHO DE AR COND. SPLIT 30000BTUS INVERTER- Aparelho de ar-condicionado tipo Split Hi-Wall, com capacidade mínima de 30.000 BTUs/h, tecnologia Inverter, destinado à climatização de ambientes administrativos, proporcionando eficiência energética, economia no consumo de energia, baixo nível de ruído e conforto térmico. Capacidade de refrigeração: 30.000 BTUs/h; Tecnologia Inverter; Ciclo: Frio (ou Quente/Frio, conforme necessidade da Administração); Tensão: 127 V ou 220 V, conforme necessidade da Administração; Gás refrigerante R-32 ou R-410A, ecologicamente adequado; Classificação de eficiência energética A, conforme INMETRO ou classificação vigente; Controle remoto sem fio; Funções mínimas: refrigeração, ventilação, desumidificação, modo automático, timer, sleep e swing; Filtro de ar lavável e removível; Baixo nível de ruído; Acompanhado das unidades evaporadora e condensadora, controle remoto, manual de instruções em português e kit para instalação, quando previsto no edital.	UN.	8	R\$ 9.116,67	R\$ 72.933,36



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA



77	ARMÁRIO DE AÇO ESCRITÓRIO 3 PRATELEIRAS PA 70 (EXCLUSIVO ME/EPP)- Armário de aço para escritório, confeccionado em chapa de aço de alta resistência, com acabamento em pintura eletrostática a pó, anticorrosiva e de alta durabilidade, destinado ao armazenamento de documentos, materiais de expediente e demais itens administrativos. O armário deverá possuir 02 (duas) portas de abrir, dotadas de sistema de fechamento por fechadura com chave, e 03 (três) prateleiras internas reguláveis, permitindo ajustes de altura conforme a necessidade de utilização.	UN.	10	R\$ 978,33	R\$ 9.783,30
78	ARMÁRIO DE AÇO ESCRITÓRIO 4 PRATELEIRAS PA 90 (EXCLUSIVO ME/EPP)- Armário de aço para escritório, confeccionado em chapa de aço carbono de alta resistência, com acabamento em pintura eletrostática a pó, anticorrosiva e de alta durabilidade, destinado ao armazenamento de documentos, materiais de expediente e demais objetos de uso administrativo. O armário deverá possuir 02 (duas) portas de abrir, com reforço estrutural, dobradiças metálicas e sistema de fechamento por fechadura tipo Yale ou equivalente, acompanhada de 02 (duas) chaves. Deverá conter 04 (quatro) prateleiras internas reguláveis, permitindo ajuste de altura conforme a necessidade de utilização.	UN.	10	R\$ 1.074,67	R\$ 10.746,70
79	Armário de aço arquivo (EXCLUSIVO ME/EPP)- Armário de aço tipo arquivo, confeccionado em chapa de aço carbono de alta resistência, com acabamento em pintura eletrostática a pó, anticorrosiva e de alta durabilidade, destinado ao armazenamento e organização de documentos, pastas suspensas, arquivos e materiais de expediente em ambientes administrativos. O armário deverá possuir 02 (duas) portas de abrir, com reforço estrutural, dobradiças metálicas e sistema de fechamento por fechadura tipo Yale ou equivalente, acompanhada de 02 (duas) chaves. Deverá conter 04 (quatro) prateleiras internas reguláveis, permitindo a organização de documentos e materiais diversos.	UN.	10	R\$ 1.065,00	R\$ 10.650,00
80	ARMÁRIO DE AÇO ROUPEIRO 12 PORTAS (EXCLUSIVO ME/EPP)- Armário de aço tipo roupeiro, confeccionado em chapa de aço carbono de alta resistência, com acabamento em pintura eletrostática a pó, tratamento anticorrosivo e alta durabilidade, destinado ao armazenamento individual de objetos pessoais em repartições públicas, escolas, creches, unidades de saúde, vestiários e demais setores da Administração Pública. O armário deverá possuir 12 (doze) compartimentos individuais, distribuídos em colunas e fileiras, cada um com porta independente, dotada de sistema de ventilação por venezianas ou aberturas equivalentes, porta-etiqueta para identificação e dispositivo para fechamento por cadeado ou fechadura, conforme especificação da Administração.	UN.	10	R\$ 1.553,00	R\$ 15.530,00



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA



81	CAIXA DE SOM BLUETOOTH 1000W (EXCLUSIVO ME/EPP) - caixa de som amplificada portátil, nova, destinada à reprodução e amplificação de áudio em eventos, reuniões, palestras, atividades culturais, educacionais e institucionais, com conectividade sem fio via Bluetooth e potência mínima de 1.000 W.	UN.	10	R\$ 994,67	R\$ 9.946,70
82	CAIXA DE SOM EFEITO DE LED 2200W (EXCLUSIVO ME/EPP) - Caixa de som amplificada portátil, nova, destinada à sonorização de eventos, apresentações, atividades culturais, esportivas, educacionais e institucionais, com potência mínima de 2.200 W RMS, equipada com sistema de iluminação em LED integrado, proporcionando efeitos luminosos sincronizados com a reprodução do áudio.	UN.	10	R\$ 2.986,67	R\$ 29.866,70
83	BATEDEIRA PLANETARIA (EXCLUSIVO ME/EPP) - Tipo: bateadeira planetária; Potência mínima: 700 W; Alimentação elétrica: 220 V, conforme necessidade da Administração; Tigela com capacidade mínima de 4 litros, confeccionada em aço inoxidável ou material resistente de alta durabilidade; Sistema de movimentação planetária; Mínimo de 08 (oito) velocidades, com função pulsar ou equivalente; Cabeçote basculante com trava de segurança; Base com pés antiderrapantes; Corpo confeccionado em material resistente de alta durabilidade; Cabo de alimentação conforme padrão ABNT NBR 14136.	UN.	10	R\$ 1.026,67	R\$ 10.266,70
84	SMART TV 40" FULL HD (EXCLUSIVO ME/EPP) - Tela LED de 40 polegadas; Resolução mínima Full HD (1920 x 1080 pixels); Tecnologia Smart TV com acesso a aplicativos de streaming e navegação na internet; Sistema operacional próprio do fabricante ou equivalente; Conectividade Wi-Fi integrada e porta Ethernet (LAN); Tecnologia Bluetooth integrada ou equivalente; Mínimo de 02 (duas) entradas HDMI; Mínimo de 01 (uma) entrada USB; Entrada para antena digital (RF); Conversor digital integrado; Compatível com os padrões de transmissão de TV digital vigentes no Brasil; Saída de áudio digital óptica ou tecnologia equivalente; Alto-falantes integrados com potência mínima de 20 W RMS; Frequência mínima de atualização de 60 Hz; Controle remoto com pilhas inclusas; Alimentação elétrica bivolt automático (100–240 V) ou conforme necessidade da Administração; Compatível com fixação em suporte padrão VESA; Acompanhada de base para instalação sobre mesa, cabo de alimentação, manual de instruções em língua portuguesa e demais acessórios necessários ao pleno funcionamento.	UN.	5	R\$ 1.811,33	R\$ 9.056,65



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA



85	SMART TV 50' FULL HD- Tela LED de 50 polegadas; Resolução mínima Full HD (1920 x 1080 pixels); Tecnologia Smart TV com acesso a aplicativos de streaming e navegação na internet; Sistema operacional próprio do fabricante ou equivalente; Conectividade Wi-Fi integrada e porta Ethernet (LAN); Tecnologia Bluetooth integrada ou equivalente; Mínimo de 03 (três) entradas HDMI; Mínimo de 01 (uma) entrada USB; Entrada para antena digital (RF); Conversor digital integrado; Compatível com os padrões de transmissão de TV digital vigentes no Brasil; Saída de áudio digital óptica ou tecnologia equivalente; Alto-falantes integrados com potência mínima de 20 W RMS; Frequência mínima de atualização de 60 Hz; Controle remoto com pilhas inclusas; Alimentação elétrica bivolt automático (100–240 V) ou conforme necessidade da Administração; Compatível com suporte de fixação padrão VESA; Acompanhada de base para instalação sobre mesa, cabo de alimentação, manual de instruções em língua portuguesa e demais acessórios necessários ao pleno funcionamento.	UN.	5	R\$ 2.721,33	R\$ 13.606,65
86	CADEIRÃO ALIMENTAÇÃO (EXCLUSIVO ME/EPP)- Cadeira para alimentação infantil, novo, destinado ao uso em creches, centros de educação infantil. Estrutura confeccionada em aço tubular, alumínio ou material de alta resistência; Assento e encosto acolchoados ou em material plástico resistente, atóxico, impermeável e de fácil higienização; Bandeja removível ou regulável, confeccionada em material plástico resistente e atóxico; Cinto de segurança de 05 (cinco) pontos, com regulagem; Apoio para os pés; Sistema de travamento de segurança para evitar fechamento acidental; Pés com ponteiros antiderrapantes ou sistema de travamento, quando aplicável; Capacidade mínima de carga: 15 kg; Dimensões aproximadas: Altura: entre 100 e 110 cm; Largura: entre 55 e 65 cm; Profundidade: entre 70 e 85 cm; Produto desmontável ou dobrável, quando aplicável, para facilitar armazenamento e transporte.	UN.	40	R\$ 401,33	R\$ 16.053,20
87	BEBEDOURO 100 LITROS- Bebedouro industrial, novo, com capacidade mínima de 100 litros, destinado ao fornecimento de água potável refrigerada para escolas, creches. Capacidade mínima do reservatório: 100 litros; Gabinete e reservatório confeccionados em aço inoxidável, resistente à corrosão e de fácil higienização; Isolamento térmico em poliuretano injetado ou material equivalente; Sistema de refrigeração por compressor hermético de alto desempenho; Gás refrigerante ecológico, em conformidade com a legislação ambiental vigente; Capacidade de refrigeração mínima de 100 litros/hora, em temperatura ambiente de até 32°C; Mínimo de 03 (três) torneiras, sendo, preferencialmente, 02 (duas) para copo e 01 (uma) para jato, confeccionadas em material resistente e atóxico; Aparador de água (pingadeira) removível para facilitar a limpeza; Termostato para controle da temperatura; Filtro de água	UN.	5	R\$ 3.121,67	R\$ 15.608,35



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA



	interno ou compatível com instalação de filtro externo; Alimentação elétrica: 127 V ou 220 V, conforme necessidade da Administração; Pés reguláveis ou niveladores; Cabo de alimentação com plugue conforme padrão ABNT NBR 14136; Dimensões compatíveis com a capacidade especificada;				
88	BEBEDOURO 50 LITROS (EXCLUSIVO ME/EPP)- Bebedouro industrial, novo, com capacidade mínima de 50 litros, destinado ao fornecimento de água potável refrigerada para escolas, creches. Capacidade mínima do reservatório: 50 litros de água gelada; Atendimento para uso coletivo, com capacidade compatível para ambientes escolares; Gabinete/estrutura externa em aço inoxidável ou material resistente à corrosão, de fácil limpeza e higienização; Reservatório interno confeccionado em material atóxico e próprio para armazenamento de água potável; Sistema de refrigeração por compressor, com gás refrigerante ecológico; Controle de temperatura ajustável; Isolamento térmico eficiente para conservação da água gelada; Possuir no mínimo 02 (duas) torneiras ou pontos de saída de água, sendo uma para copo e/ou jato; Torneiras em material resistente, de fácil acionamento e higienização; Bandeja coletora de resíduos/removível para facilitar a limpeza; Tensão elétrica: 127V ou 220V, conforme solicitação da Administração; Baixo consumo de energia elétrica; Produto certificado conforme normas de segurança aplicáveis; Acompanhar manual de instruções e garantia do fabricante; Dimensões compatíveis com o uso em escolas e locais de grande circulação.	UN.	5	R\$ 2.453,00	R\$ 12.265,00
89	BEBEDOURO 20 LITROS (EXCLUSIVO ME/EPP)- Bebedouro industrial, novo, com capacidade mínima de 20 litros, destinado ao fornecimento de água potável refrigerada para escolas, creches. Capacidade mínima do reservatório: 20 litros de água gelada; Estrutura externa em aço inoxidável ou material resistente à corrosão, proporcionando maior durabilidade e facilidade de limpeza; Reservatório interno fabricado em material atóxico, próprio para armazenamento de água potável; Sistema de refrigeração por compressor, garantindo eficiência no resfriamento da água; Controle de temperatura regulável; Isolamento térmico adequado para conservação da água refrigerada; Possuir no mínimo 02 (duas) torneiras ou saídas de água, para atendimento simultâneo ou conforme modelo do fabricante; Torneiras resistentes, de fácil acionamento e	UN.	5	R\$ 1.934,67	R\$ 9.673,35



ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA



	higienização; Bandeja coletora de água removível para facilitar a limpeza; Capacidade de refrigeração compatível com o uso escolar; Alimentação elétrica: 127V ou 220V, conforme necessidade da Administração; Baixo consumo de energia elétrica; Equipamento novo, sem uso anterior, acompanhado de manual de instruções e garantia do fabricante; Atendimento às normas vigentes de segurança e qualidade aplicáveis ao equipamento.				
90	ARMÁRIO DE ESCRITÓRIO PEQUENO 4 GAVETAS (MDF) (EXCLUSIVO ME/EPP)- Armário de escritório destinado ao armazenamento e organização de documentos, materiais e objetos diversos, confeccionado em MDF ou MDP de alta resistência, adequado para uso em ambientes administrativos, com acabamento de qualidade e maior durabilidade. Atendimento às normas vigentes de segurança e qualidade aplicáveis ao equipamento. Estrutura confeccionada em MDF ou MDP, com espessura mínima compatível com a resistência e estabilidade do móvel; Possuir 04 (quatro) gavetas para armazenamento de documentos e materiais de escritório; Gavetas com sistema de deslizamento por corrediças metálicas ou sistema equivalente de alta resistência; Puxadores em material resistente e de fácil manuseio; Possuir acabamento em revestimento melamínico de baixa pressão (BP) ou material similar, resistente a riscos e de fácil limpeza; Bordas com acabamento em fita de proteção (fita de borda) para maior durabilidade; Estrutura firme, estável e adequada para uso diário; Possuir pés ou base com proteção contra contato direto com o piso, quando aplicável; Design funcional, compatível com ambientes de escritório; Cor a definir conforme necessidade da Administração; Dimensões aproximadas compatíveis com o uso administrativo; Produto novo, sem uso anterior, acompanhado de garantia do fabricante.	UN.	10	R\$ 943,00	R\$ 9.430,00
91	COIFA GALVANIZADA (1,80m X 45cm X 60cm) + DUTO + CURVA + EXAUSTOR E PESTANA (EXCLUSIVO ME/EPP)- Coifa para cozinha industrial, nova, destinada à captação e exaustão de fumaça, vapores, gordura e calor provenientes de fogões e equipamentos de cocção industrial. Confeccionada em chapa de aço galvanizado, resistente à corrosão e adequada para utilização em ambientes de cozinha profissional, com acabamento de fácil higienização. Deverá possuir sistema completo composto por coifa, tubo de exaustão, curva e exaustor, compatível com fogão industrial, permitindo a adequada condução e eliminação dos vapores e fumaças produzidos durante o preparo dos alimentos. Para atender	UN.	20	R\$ 2.025,00	R\$ 40.500,00



	fogão industrial de 5 ou 6 bocas.				
92	DEPURADOR E EXAUSTOR DE AR 80 CM (220 V) (EXCLUSIVO ME/EPP)- Depurador e exaustor de ar, novo, destinado à instalação em cozinhas, com função de depuração e exaustão de fumaça, vapores, odores e gordura provenientes do preparo de alimentos. Equipamento de modelo slim, com aproximadamente 80 cm de largura, adequado para fogões e cooktops de dimensões compatíveis. Dimensões aproximadas: 80 cm de largura, com demais dimensões compatíveis com o modelo ofertado, não comprometendo sua instalação e funcionamento.	UN.	8	R\$ 974,67	R\$ 7.797,36
93	FOGÃO INDUSTRIAL 6 BOCAS CENTRO MISTO EM INOX (46 CM) (EXCLUSIVO ME/EPP)- Fogão industrial novo, com 06 (seis) bocas/queimadores, tipo centro misto, alimentação a gás GLP, estrutura e mesa em aço inoxidável, com aproximadamente 46 cm de profundidade, queimadores industriais de alta resistência e diferentes potências, grelhas em ferro fundido ou material equivalente, registros individuais, acendimento manual, estrutura reforçada, pés resistentes e estáveis e bandeja coletora de resíduos. Equipamento destinado ao uso contínuo em cozinhas industriais, escolares e unidades de alimentação coletiva, de fácil limpeza e higienização, acompanhado dos componentes necessários ao funcionamento, manual de instruções e garantia mínima de 12 meses.	UN.	6	R\$ 9.900,00	R\$ 59.400,00

Valor total estimado: R\$ 2.443.913,47 (dois milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, novecentos e treze reais e quarenta e sete centavos).

4. DO PRAZO PARA SERVIÇO/ENTREGA E LOCAL

4.1 – O prazo de entrega será de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da ordem de fornecimento.

4.2- Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.3- Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.4- O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.



5. ESTIMATIVA DE CUSTO

5.1. O levantamento inicial de preços encontra-se em anexo, devendo o valor dos impostos ser de responsabilidade da contratada.

5.2 O custo estimado foi apurado a partir de orçamentos realizados com empresas do seguimento.

6. DO PRAZO DA CONTRATAÇÃO

6.1– O prazo de vigência do registro de preço a ser efetuado será de 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Efetuar a entrega dos produtos na forma deste Termo de Referência em perfeitas condições, no prazo e locais indicados pelo Hospital Municipal Dr Abiud Ponciano Dias, Atenção Básica e Samu, em estrita observância das especificações e da proposta;

7.2. Atender prontamente a quaisquer exigências do Hospital Municipal Dr Abiud Ponciano Dias, Atenção Básica e Samu, inerentes ao objeto da presente contratação;

7.3. Comunicar ao Hospital Municipal Dr Abiud Ponciano Dias, Atenção Básica e Samu, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida justificativa e comprovação;

7.4. Zelar pela padronização e qualidade do produto fornecido, empregando matérias primas condizentes com as necessidades de uso do produto e que proporcionem longa durabilidade;

7.5. Providenciar a substituição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas os produtos que apresentarem defeitos ou imperfeições na sua composição, de forma rápida, eficaz e eficiente, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE;

7.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

7.7. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

7.8. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

7.9. Apresentar ao CONTRATANTE a nota fiscal contendo descrição dos produtos/serviços entregues, juntamente com as certidões negativas e indicação do contrato;

7.10. Pagar os salários dos seus funcionários e demais verbas que venham a decorrer do cumprimento do objeto deste termo;

7.11. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao Patrimônio do CONTRATANTE ou a terceiros, seja por ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.
- d) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- e) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- f) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- g) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- h) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- i) Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- j) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- k) A Administração terá o prazo de dez dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- l) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de dez dias úteis.
- m) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- n) Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- o) Fornecer por escrito as informações necessárias para execução objeto do contrato.
- p) Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- q) Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato.
- r) Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, ou adotar providências cabíveis para a regularidade.

9. DO PRAZO DA CONTRATAÇÃO

9.1– O prazo de vigência do registro de preço a ser efetuado será de 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.



10. ESCLARECIMENTO SOBRE O OBJETO

10.1 – Todo e qualquer esclarecimento que se fizer necessário acerca do objeto pretendido, poderá ser efetuado na sede Prefeitura de Jussara/GO, situada na Avenida José Bonifácio, n. 726, Centro, Jussara/GO, site <https://jussara.go.gov.br/>, e/ou do e-mail: licitacaojussarago@gmail.com.

11. DA SOLICITAÇÃO

11.1. A solicitação será feita através de requisição expedida pela Secretaria ou Departamento solicitante, juntamente com o departamento de Compras do Município;

11.2. Os itens deverão ser fornecidos conforme solicitação emitida pelo setor solicitante juntamente com o setor de compras, devidamente assinado e registrado que começará a vigorar após a assinatura do contrato ou documento equivalente.

12- DO PAGAMENTO

12.1- O pagamento será creditado em nome da CONTRATADA, após a apresentação da nota fiscal/fatura, acompanhada pelas certidões fiscais negativas, do serviço prestado, devidamente atestada pelo setor solicitante do serviço, em até 30 (trinta) dias corridos a contar do primeiro dia útil subsequente à data da prestação do serviço.

12.2- O pagamento mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária será realizado desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias, apresentações das certidões fiscais e trabalhistas.

12.3- A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida à CONTRATADA para retificação e reapresentação, interrompendo-se a contagem do prazo fixado para o pagamento, que recomeçará a ser contado integralmente a partir da data de sua reapresentação.

12.4- A compensação financeira será admitida nos casos de eventuais atrasos de pagamento pelo Município, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para o atraso. É devida desde a data limite fixada no contrato para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento da parcela.

12.5- O pagamento ficará condicionado sempre à prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal, a Previdência Social, a Justiça do Trabalho e junto ao FGTS.

13 - CONTROLE DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

13.1- O acompanhamento E a fiscalização da execução consistem na verificação da conformidade, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados.

13.2- A fiscalização da contratação será exercida por um representante da Administração, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência a Administração.



13.3- A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração Municipal ou de seus agentes e prepostos.

13.4- O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13.5- O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual.

14 - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. As disposições de sanções administrativas estão previstas em regulamento próprio, de maneira que se aplica as seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa;

a) compensatória;

b) de mora.

III- impedimento de licitar e contratar;

IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.2 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste decreto.

14.3 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 13.1 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II, do item 13.1 do edital.

14.4 A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

I - descumprimento de pequena relevância;

II - inexecução parcial de obrigação contratual.

14.5 - A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor a ser contratado, para aquele que:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



II – de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

III – de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;

IV – de 10% (dez por cento) sobre o valor a ser contratado no caso de recusa do adjudicatário em assinar o contrato ou Ata de Registro de Preços;

V – de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

a) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

VI – de 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;

d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

15. DO REAJUSTE

15.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

15.1.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais elaboradas com base na IN 009/2023-TCM/GO.

15.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA-E exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

15.4.1. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

15.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

15.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

15.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.8. O reajuste será realizado por apostilamento.



16- DA PUBLICAÇÃO DE INTENÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

16.1. A Intenção de Registro de Preços permite a realização de licitação única com a junção das demandas dos demais órgãos interessados no objeto, com benefícios como o de economia de processos.

16.2. Para participação de um IRP é necessário após a divulgação do mesmo, a comunicação do órgão interessado com o órgão Gerenciador.

16.3. Para este processo foi cumprido o disposto no art. 86 da Lei Federal n. 14.133/2021, visto que se trata de objeto específico.

17. DO FORO

17.1. Para dirimir quaisquer dúvidas, elegem as partes o Foro da Comarca de Jussara, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.



ANEXO II
PROPOSTA COMERCIAL FINAL - (LICITANTE VENCEDOR)

Apresentamos nossa proposta para prestação de serviço do objeto da presente licitação - **PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____/2026** acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:

CNPJ

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

REPRESENTANTE: (NOME - CARGO - CARTEIRA DE IDENTIDADE - CPF)

ENDEREÇO e TELEFONE:

DADOS BANCARIOS: AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA

PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado, preço unitário e total por item, de acordo com o Anexo 01 do Edital.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.						

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório.

LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

De acordo com o especificado no Anexo 01, deste Edital.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

De no mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

LOCAL E DATA
NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação. **OBS: A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO SUSPENDE O PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA ATÉ DECISÃO.**



ANEXO III
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. _____/2026

O _____ DE JUSSARA/GO, CNPJ n. _____, representado por _____, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº _____/2026, processo administrativo nº _____/_____, registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal n. _____/_____, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para _____, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

RAZÃO SOCIAL:						
CNPJ/MF:						
ENDEREÇO:						
CONTATO:						
E-MAIL:						
REPRESENTANTE:						
CPF:						
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	MARCA/MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO (S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE (S)

3.1. O órgão gerenciador será o _____, inscrito no CNPJ sob o nº _____.

3.2. Além do gerenciador há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços, sendo:



4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1 O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.9. A adesão à ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora da União, Estados e Distrito Federal por órgãos e entidades da Administração municipal deverá ser comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei Federal n. 14.133/2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.



5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas *no edital*; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.10. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes



remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.11. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2, "a", aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

5.12. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.13. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.14. A existência de preços registrados implicará compromisso da prestação de serviço nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.4. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.5. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços



aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.



8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.5. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do da prestação de serviço o decorrente do remanejamento dos itens.

8.6. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.2. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

9.2.1 For liberado.

9.2.2 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável.

9.2.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado.

9.2.4 Sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n. 14.133/21.

9.2.5 Não aceitar o preço revisado pela Administração.

9.3 A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

9.3.1 Pelo decurso do prazo de vigência.

9.3.2 Pelo cancelamento de todos os preços registrados.

9.3.3 Por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado.

9.3.4 Por razões de interesse público, devidamente justificadas.

9.4 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4.1 O fornecedor ou prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

10 DAS PENALIDADES

10.1. As disposições de sanções administrativas estão previstas em regulamento municipal, de maneira que se aplica as seguintes penalidades:

I - advertência;



II - multa;

a) compensatória;

b) de mora.

III- impedimento de licitar e contratar;

IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.2 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste decreto.

10.3 As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 10.1 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II, do item 10.1.

10.4 A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

I - descumprimento de pequena relevância;

II - inexecução parcial de obrigação contratual.

10.5 - A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor a ser contratado, para aquele que:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

II – de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

III – de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;

IV – de 10% (dez por cento) sobre o valor a ser contratado no caso de recusa do adjudicatário em assinar o contrato ou Ata de Registro de Preços;

V – de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

a) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

VI – de 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;

d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



10.6- O processo administrativo punitivo deverá ser instaurado de acordo com o regulamento municipal.

11 CONDIÇÕES GERAIS

11.1 - As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2 - *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Jussara-GO, __ de _____ de 2026.

NOME

CNPJ n. _____

CONTRATANTE

NOME

CNPJ n. _____

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____

Nome
CPF

2. _____

Nome
CPF



ANEXO IV
MINUTA DE CONTRATO

DOS CONTRATANTES: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº _____, com sede administrativa na _____, neste ato representado pelo seu Gestor Senhor XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF nº _____, localizada na _____, CEP: _____, na cidade de _____, representada neste ato pelo Sr. _____, portador do CPF: _____; doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, que assinam o presente termo de contrato na forma e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é _____.

ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. O Edital da Licitação;
- 1.2.3. A Proposta do contratado;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3. O regime de execução é o de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de _____ contados da data de assinatura.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.



CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

3.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

3.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

3.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

3.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

3.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

3.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º)

3.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

3.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

3.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

3.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa



3.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

3.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

3.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

3.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

3.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

3.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

3.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

3.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

3.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.2. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.



4.3. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.4. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$...... ()

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.1.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais elaboradas com base na IN 009/2023-TCM/GO.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA-E exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4.1. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.



7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.

8.1.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de dez dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de dez dias úteis.

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.1.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para execução objeto do contrato.

8.1.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

8.1.16. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato.

8.1.17. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, ou adotar providências cabíveis para a regularidade.



CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Efetuar a entrega dos produtos na forma deste Termo de Referência em perfeitas condições, no prazo e locais indicados pela Administração, em estrita observância das especificações e da proposta;

9.2. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação;

9.3. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida justificativa e comprovação;

9.4. Zelar pela padronização e qualidade do produto fornecido, empregando matérias primas condizentes com as necessidades de uso do produto e que proporcionem longa durabilidade;

9.5. Providenciar a substituição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas os produtos que apresentarem defeitos ou imperfeições na sua composição, de forma rápida, eficaz e eficiente, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE;

9.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

9.7. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;

9.8. Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

9.9. Apresentar ao CONTRATANTE a nota fiscal contendo descrição dos produtos/serviços entregues, juntamente com as certidões negativas e indicação do contrato;

9.10. Pagar os salários dos seus funcionários e demais verbas que venham a decorrer do cumprimento do objeto deste termo;

9.11. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao Patrimônio do CONTRATANTE ou a terceiros, seja por ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente.

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.



10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos do Decreto Municipal nº 4420/2025, o licitante que, com dolo ou culpa:

I - advertência;

II - multa;

a) compensatória;

b) de mora.

III- impedimento de licitar e contratar;

IV- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.2 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste decreto.

11.3. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 11.1 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II, do item 11.1.



11.4 A sanção de advertência será aplicada como instrumento de diálogo e correção de conduta nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

I - Descumprimento de pequena relevância;

II - Inexecução parcial de obrigação contratual.

11.5 - A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor a ser contratado, para aquele que:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

II – de 5% (cinco por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

III – de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;

IV – de 10% (dez por cento) sobre o valor a ser contratado no caso de recusa do adjudicatário em assinar o contrato ou Ata de Registro de Preços;

V – de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

a) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

VI – de 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;

d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.6- O processo administrativo punitivo deverá ser instaurado de acordo com o Decreto Municipal nº 4420/2025.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

1.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.



12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico- financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCERA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos próprios e específicos consignados no Orçamento do município deste exercício, na dotação abaixo discriminada: _____.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).



15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021,

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro do Município de Jussara-GO, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Jussara-GO, __ de _____ de 2026.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Gestor (a)
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

TESTEMUNHAS



ANEXO V
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº _____, sediada à Rua/Avenida _____ nº _____, Setor/Bairro _____, na cidade de _____ Estado de _____, neste ato representado pelo seu sócio/procurador o Senhor _____, nacionalidade, estado civil, residente e domiciliado na _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, **DECLARA**, sob as penas cabíveis que possui todos os requisitos exigidos para habilitação, condições de qualificação jurídica, técnica, econômico-financeira e regularidade fiscal, requisitos de habilitação para participação do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____/2026, DECLARANDO** ainda, estar ciente que a falta de atendimento a qualquer exigência para habilitação e especificações mínimas obrigatórias do objeto, constante do Edital, ensejará aplicação de penalidade a Declarante.

_____, ____/____/2026.
Local e Data

Nome, RG do Representante Legal e Assinatura



ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DE CONHECIMENTO DOS
REQUISITOS DO EDITAL

A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº _____, sediada à Rua/Avenida _____ nº _____, Setor/Bairro _____, na cidade de _____ Estado de _____, neste ato representado pelo seu sócio/procurador o Senhor _____, nacionalidade, estado civil, residente e domiciliado na _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que:

- Declaramos que os preços ora ofertados são irrevogáveis por um período de 06 (seis) meses.
- Declaramos que em nossos preços já estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, inclusive as despesas com transportes, seguros em geral, encargos da legislação trabalhista, previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios, resultantes de impostos, taxas, regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que for necessário para a execução total e completa dos serviços constantes do Edital, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação à **PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA-GO**.
- Declaramos ainda, que nos sujeitamos às condições do Edital e que temos pleno conhecimento dos locais onde serão entregues os materiais.
- Na prestação de serviços observaremos rigorosamente as especificações das normas determinadas pela ABNT, normas técnicas brasileiras ou qualquer outra norma que garanta a qualidade igual ou superior, bem como as recomendações e instruções da fiscalização da **PREFEITURA DE JUSSARA-GO**, assumindo, desde já, integral responsabilidade pelos materiais fornecidos, de conformidade com as normas mencionadas.

_____, ____/____/2026.
Local e Data

Nome, RG do Representante Legal e Assinatura



ANEXO VII
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO ARTIGO 7º, XXXIII DA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº _____, sediada à Rua/Avenida _____ nº _____, Setor/Bairro _____, na cidade de _____ Estado de _____, neste ato representado pelo seu sócio/procurador o Senhor _____, nacionalidade, estado civil, residente e domiciliado na _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no art.7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

_____, _____/_____/2026.
Local e Data

Nome, RG do Representante Legal e Assinatura



ANEXO VIII
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NOS INCISOS III E IV, DO
ART. 1º E INCISO III, DO ART. 5º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº _____, sediada à Rua/Avenida _____ nº _____, Setor/Bairro _____, na cidade de _____ Estado de _____, neste ato representado pelo seu sócio/procurador o Senhor _____, nacionalidade, estado civil, residente e domiciliado na _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, **DECLARA**, não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

_____, ____/____/2026.
Local e Data

Nome, RG do Representante Legal e Assinatura



ANEXO IX
DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº _____, sediada à Rua/Avenida _____ nº _____, Setor/Bairro _____, na cidade de _____ Estado de _____, neste ato representado pelo seu sócio/procurador o Senhor _____, nacionalidade, estado civil, residente e domiciliado na _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, **DECLARA**, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

_____, ____/____/2026.
Local e Data

Nome, RG do Representante Legal e Assinatura



ANEXO X
DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME/EPP

A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº _____, sediada à Rua/Avenida _____ nº _____, Setor/Bairro _____, na cidade de _____ Estado de _____, neste ato representado pelo seu sócio/procurador o Senhor _____, nacionalidade, estado civil, residente e domiciliado na _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei e sem prejuízo das penalidades previstas neste edital, que é "**MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**", nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que conhece na íntegra, e está, portanto, apta a exercer o direito de preferência como critério de desempate no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____/2026**, realizado pelo Município de JUSSARA.

_____, ____/____/2026.
Local e Data

Nome, RG do Representante Legal e Assinatura



ANEXO XI
DECLARAÇÃO DE LICITANTE ORGANIZADO EM COOPERATIVA

A empresa _____, inscrita no CNPJ (M.F.) sob o nº _____, sediada à Rua/Avenida _____ nº _____, Setor/Bairro _____, na cidade de _____ Estado de _____, neste ato representado pelo seu sócio/procurador o Senhor _____, nacionalidade, estado civil, residente e domiciliado na _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, **DECLARA**, que é organizada em cooperativa e cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

_____, ____/____/2026.
Local e Data

Nome, RG do Representante Legal e Assinatura